

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**O SERVIÇO SOCIAL E A MEDIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À
COMUNIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL
NO FÓRUM DO NORTE DA ILHA/FLORIANÓPOLIS**

DAIANE SOUZA DA SILVA

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 01/08/06


Rosana Maria Gaio
Depto de Serviço Social / CSE

**FLORIANÓPOLIS
2006/1**

DAIANE SOUZA DA SILVA

**O SERVIÇO SOCIAL E A MEDIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À
COMUNIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL
NO FÓRUM DO NORTE DA ILHA/FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina, para
obtenção do título de bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Célia Tamasso
Mioto.

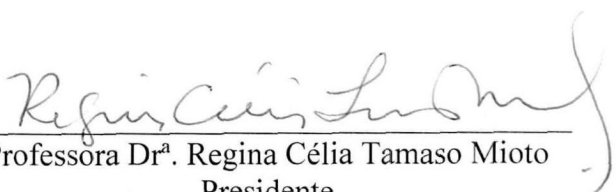
FLORIANÓPOLIS
2006/1

DAIANE SOUZA DA SILVA

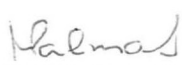
**O SERVIÇO SOCIAL E A MEDIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À
COMUNIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL
NO FÓRUM DO NORTE DA ILHA/FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.


BANCA EXAMINADORA:



Professora Dr^a. Regina Célia Tamaso Mioto
Presidente



Professora Dr^a. Marli Palma Souza
1^a examinadora



Assistente Social Daniela Lavratti Infeld
2^a examinadora

**FLORIANÓPOLIS
2006**

Dedico este trabalho a minha família, com
muito amor, respeito e gratidão.

Onde cruzam seus talentos e paixões com as
necessidades do mundo, lá está sua vocação.

(Aristóteles).

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de agradecer primeiramente a Deus; pela vida, pelas oportunidades e, especialmente, por se fazer presente ao meu lado todos os dias de minha vida, guiando e iluminando meus passos; por ser minha fortaleza nos momentos difíceis da caminhada.

À professora Regina Célia Tamaso Miotto por ter me orientado na elaboração deste trabalho. Obrigada pelo carinho e incentivo.

À Universidade Federal de Santa Catarina e a seus professores, principalmente aos professores do Departamento de Serviço Social, que durante estes quatro anos de caminhada, através de seus ensinamentos, muito contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Aos meus pais, que são exemplos de vida, luta e dedicação. Agradeço pelo amor a mim oferecido, pela confiança quanto aos caminhos que escolhi seguir, pelo apoio e compreensão dispensados ao acompanhar esta etapa de minha vida. Obrigado por tudo, amor e respeito muito vocês.

Aos meus irmãos, pelo amor e carinho que nos une. Vocês são muito importantes para mim.

Ao Ricardo, amado companheiro, com quem partilhei e partilho diariamente minhas alegrias e angústias. Obrigado pelo amor a mim oferecido, pela compreensão, pelo incentivo e força nos momentos em que desanimei e, por ter acreditado em mim, quando eu já não mais acreditava. Te amo!

À Lilliana Minatto Tonetto pelo apoio e incentivo.

À Assistente Social Ana Maria Mafra Dal-Bó, pelo carinho, incentivo e pela presença sempre atenciosa com que me conduziu durante o estágio. Levarei seus ensinamentos para toda a vida.

À Assistente Social Daniela Lavratti Infeld e à professora Marli Palma Souza pelo carinho demonstrado ao aceitarem participar da banca examinadora.

Às minhas colegas de sala e amigas, Cheyenne e Fabiana, por todos os momentos que vivemos juntas durante esses quatro anos de faculdade. Foram tantos os trabalhos, foram tantas as vezes que estudamos juntas para as provas, não é mesmo... jamais vou esquecê-las.

Enfim, agradeço as demais pessoas que contribuíram, direta e indiretamente, para a realização desse grande sonho. Com todos vocês partilho essa alegria. Muito obrigado!

RESUMO

SILVA, Daiane Souza da. **O Serviço Social e a Medida de Prestação de Serviço à Comunidade:** Considerações sobre a intervenção profissional no Fórum do Norte da Ilha/Florianópolis. 2006. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

Aprofundar discussões sobre a intervenção profissional, realizada nos mais diversos espaços de inserção do Serviço Social, torna-se relevante e fundamental, na medida em que se pretende identificar e propor ações competentes, direcionadas à preservação e garantia de direitos, em consonância com o projeto ético-político da profissão. Nessa perspectiva, o presente trabalho busca discutir a intervenção profissional do assistente social, inserido no espaço do Poder Judiciário, na operacionalização da Medida de Prestação de Serviço à Comunidade, propondo reflexões teórico-práticas ao identificar as ações desenvolvidas. Apresenta, através da revisão bibliográfica, o Judiciário como espaço ocupacional do Serviço Social, onde o profissional constrói e reconstrói cotidianamente sua intervenção, detectando não só limites, mas, principalmente, possibilidades para a construção de alternativas de ação que vão ao encontro das necessidades e interesses dos usuários. Neste âmbito, discute, ainda, as penas alternativas como propostas de aplicabilidade para esse sistema e, também, como campo de trabalho do assistente social, especialmente a Prestação de Serviço à Comunidade ou à entidades públicas, uma de suas modalidades. Esse campo de trabalho demonstra ser um importante espaço de intervenção profissional e, nessa direção, o trabalho em tela, apresenta o Programa de Prestação de Serviço à Comunidade, implementado pelo Serviço Social no Fórum do Norte da Ilha, como viabilizador de ações sócio-educativas. Para garantir a discussão proposta foi utilizado, além da revisão bibliográfica pertinente ao assunto, o relatório do plano de intervenção, desenvolvido durante o período de estágio na instituição. O estudo demonstrou que o Serviço Social inserido na organização judiciária, tem ampliado e legitimado seu espaço de atuação, intervindo na perspectiva da garantia do acesso aos direitos de cidadania e, que nesta direção, desenvolve ações de natureza sócio-educativa, consideradas fundamentais para oportunizar o exercício reflexivo dos sujeitos sobre sua situação de vida e, da realidade social mais ampla, condição esta essencial para a autonomia e emancipação.

Palavras-chave: Serviço Social. Judiciário. Intervenção Profissional. Prestação de Serviço à Comunidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 O JUDICIÁRIO COMO ÁREA DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.....	10
1.1 Breve histórico do Serviço Social no Judiciário	10
1.2 O Acesso à justiça e o Serviço Social.....	16
1.3 A organização judiciária e o campo de trabalho do assistente social.....	19
1.4 As Penas Alternativas no Poder Judiciário: contextualizando seu surgimento	26
1.4.1 Da crise da pena privativa de liberdade.....	27
1.4.2 Das penas alternativas.....	30
1.5 O Serviço Social no contexto das penas alternativas	35
2 O SERVIÇO SOCIAL E A MEDIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE NO FÓRUM DO NORTE DA ILHA.....	40
2.1 O Serviço Social no espaço institucional.....	40
2.2 O Programa de Prestação de Serviço à Comunidade.....	47
2.3 Referencial teórico e ético-político do Serviço Social para o Programa	50
2.4 Dinâmica do Programa	56
2.4.1 Ações sócio-educativas em movimento	60
2.4.2 Análise e reflexões sobre a Medida de Prestação de Serviço à Comunidade e a inserção do Serviço Social na sua operacionalização	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	72
ANEXOS.....	78

INTRODUÇÃO

Estudos sobre o Serviço Social no contexto jurídico têm-se direcionado, especialmente, para a construção de novas alternativas de ação nesse campo de atuação, que vem se caracterizando por uma prática de operacionalização do direito no enfrentamento da questão social. Atrelada a esta concepção, a profissão se depara com um significativo aumento das demandas, decorrente das transformações societárias, implicando no afastamento de funções e ações tradicionais e na emergência de outras, delineando um novo perfil profissional.

Neste contexto, o trabalho que aqui se apresenta é fruto da experiência de estágio curricular obrigatório, realizado no Setor de Serviço Social do Fórum do Norte da Ilha, no período de agosto a dezembro de 2005.

No decorrer da prática de estágio percebeu-se a relevância de aprofundar as discussões sobre a intervenção profissional do assistente social neste espaço ocupacional, na tentativa de identificar as ações desenvolvidas pelo Serviço Social, tendo em vista a realização do atendimento qualificado para seus usuários.

Conexo às novas demandas que surgem da relação existente entre o Judiciário e a população usuária de seus serviços, o eixo do presente estudo consiste na tentativa de analisar e refletir a atuação do Serviço Social no espaço do Judiciário, mais precisamente no contexto das penas alternativas, constitutivas do sistema penal e, particularmente junto à Prestação de Serviço à Comunidade, uma de suas modalidades.

Assim sendo, o objetivo principal deste trabalho é discutir a intervenção profissional do assistente social na operacionalização da Medida de Prestação de Serviço à Comunidade, propondo reflexões teórico-práticas ao identificar a natureza das ações desenvolvidas.

Para tanto, faz-se necessário conhecer a trajetória histórica da inserção do Serviço Social no Judiciário, aprofundando os conhecimentos sobre esse espaço ocupacional onde se constrói o exercício profissional do assistente social e, onde suas atividades são compreendidas como campo de trabalho.

Ainda neste contexto, torna-se indispensável conhecer o contexto institucional da experiência de estágio e descrever o Programa de Prestação de Serviço à Comunidade como viabilizador da intervenção profissional direcionada para as ações sócio-educativas, na perspectiva da garantia e efetivação dos direitos de cidadania.

Para garantir a discussão proposta, foi realizada revisão bibliográfica a partir da leitura de autores que tratam do tema, em livros, artigos e outros trabalhos acadêmicos e, também, o relatório do plano de intervenção realizado pela estagiária na instituição.

O presente trabalho está dividido em dois capítulos, a saber:

No primeiro capítulo, considerando que é fundamental conhecer e reconhecer o espaço sócio-ocupacional de inserção da profissão, bem como seus limites e possibilidades, aborda-se o Judiciário como área de intervenção do Serviço Social. Faz-se, brevemente, a apresentação das configurações da trajetória de inserção do Serviço Social neste espaço de atuação profissional, em um determinado período histórico, seguido de algumas reflexões acerca do acesso à justiça e o Serviço Social como viabilizador desse acesso.

Ainda nesse primeiro capítulo, pretende-se identificar a organização judiciária, sua constituição e funções, espaço onde se constrói o campo de trabalho do Serviço Social. Nesse contexto, se propõe discutir as penas alternativas, constitutivas do Direito Penal, como parte integrante desse campo de trabalho profissional, porém, anterior a isso, contextualiza-se o surgimento dessas modalidades de penas no âmbito do Poder Judiciário.

Dando seqüência e, aprofundando nossa discussão sobre a profissão inserida no contexto das penas alternativas, apresenta-se, no segundo capítulo, o Serviço Social e a Medida de Prestação de Serviço à Comunidade no Fórum do Norte da Ilha. Primeiramente, entendendo que o espaço ocupacional é determinado pelas demandas do público-alvo e pelos objetivos institucionais, apresenta-se o exercício profissional do assistente social neste espaço institucional, destacando-se o Programa de Prestação de Serviço à Comunidade como parte integrante do cotidiano profissional e foco de investigação do presente trabalho. Em seguida relata-se a intervenção profissional na operacionalização desta Medida, ao mesmo tempo em que, se realiza análise e reflexões sobre a mesma. Por fim, apresenta-se algumas considerações sobre o estudo realizado.

1 O JUDICIÁRIO COMO ÁREA DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

1.1 Breve histórico do Serviço Social no Judiciário

Um breve resgate histórico sobre a inserção do Serviço Social na área judiciária parece-nos importante, pois permite visualizar as configurações da trajetória da profissão nesse espaço de atuação e, demonstrar que mudanças decorrentes desse processo influenciam diretamente o exercício profissional, na atualidade.

Tal proposta tem por base discussões e reflexões construídas acerca do Serviço Social no Poder Judiciário do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro - num determinado período histórico -, sendo realidades que situam a profissão neste espaço ocupacional dos demais estados brasileiros. De início, e sucintamente, serão apresentadas, também, informações que localiza a profissão no cenário internacional.

O Judiciário é parte da estrutura de poder do Estado em nossa sociedade e, enquanto Poder, legalmente e socialmente reconhecido, constitui-se em instituição pública e importante espaço de atuação do Serviço Social. “[...] A atuação nessa área, dispõe de larga tradição e apresenta representatividade no universo profissional [...]” (IAMAMOTO, 2004, p. 262).

Esse espaço institucional, como campo de atuação do Serviço Social, não se apresenta como uma situação recente; “remonta a 1860, quando, nos Estados Unidos, o Tribunal da Infância de Boston manifestava seu apoio ao movimento em favor do diagnóstico social a partir do novo significado que Mary Richmond imprimia ao inquérito social [...]” (BORGES; NASCIMENTO, 2001, p. 1).

O Inquérito social como descrevem Borges e Nascimento (2001, p. 1) “era utilizado como um processo cujo objetivo era avaliar as mudanças na vida pessoal de um indivíduo em sua inserção no seu meio familiar e social”. E, assim, lembrando esse momento de inserção do Serviço Social na área judiciária, as autoras acima citadas descrevem a manifestação do então Juiz Becker a esse novo sentido que estava sendo impresso ao inquérito social.

Para se determinarem as soluções a respeito de um caso [...] o encarregado do inquérito tem que referir ao Juiz todos os possíveis elementos de informação acerca da família e o meio em que o rapaz vive, tudo o que apurou de sua vida em casa, na escola, na oficina e na rua, bem como todas as circunstâncias em relação com a falta que o trouxe a julgamento (The

Survey, 1910, p. 649, apud Richmond, Lisboa, 1950, p. 12 In: BORGES; NASCIMENTO, 2001, p.1).

De acordo com Martinelli (2000, p. 106), a influência de Richmond foi marcante nesse processo.

Acolhendo a concepção dominante na sociedade burguesa de que os problemas sociais estavam associados a problemas de caráter, Richmond concebia a tarefa assistencial como eminentemente reintegradora e transformadora do caráter. Atribuía grande importância ao diagnóstico social como estratégia para promover tal reforma e para reintegrar o indivíduo na sociedade.

Para Richmond, o diagnóstico social ocupava um papel de destaque e, o caminho para obtê-lo era o inquérito na própria residência das pessoas. A firme convicção quanto à eficácia deste instrumento e, a importância da visita domiciliar, levou-a a formar cursos de preparo de visitadoras domiciliares, e foi através destas que o Serviço Social iniciou suas primeiras atividades nas instituições públicas americanas. (MARTINELLI, 2000).

Segundo Martinelli (2000), no ano de 1899, em Chicago, as associações femininas e os grupos de defesa da família e da criança conseguiram a aprovação de uma lei que criava os Tribunais da Infância, onde os Juízes para o exercício de suas funções deveriam recorrer a audiências privadas e contar com a colaboração das visitadoras domiciliares para a realização do inquérito. Nesse momento da história o Serviço Social se insere nos Tribunais de Justiça para atuar em casos em que houvesse crianças.

No Brasil, expandia-se, a partir de 1920, o processo de industrialização e, em decorrência deste, evidenciam-se as questões sociais, intimamente ligadas ao processo migratório e ao aumento da concentração de renda. “Sem o respaldo de uma política social ampla, ainda incipiente e setORIZADA nesse período, vivenciava-se o aumento da pobreza e o agravamento dos problemas sociais” (VIEIRA, 1983 apud FÁVERO, 1995, p. 28).

Em meio a todo esse cenário, o aumento de situações envolvendo o abandono e a infração praticada por parte dos “menores” - crianças e adolescentes, assim chamados na época –, preocupava e chamava atenção da sociedade, a qual requeria uma intervenção mais organizada e atenta por parte do Estado. Até então, sem a presença de uma política social que respondesse às suas necessidades básicas,

[...] os menores eram vistos por parte do poder público muito mais como objetos de controle do que como sujeitos dignos e detentores de direitos. O problema do menor que, como problema social, era nas primeiras décadas

deste século associado a “caso de polícia”, teve seu atendimento pelos órgãos públicos, desde o início, direcionado por uma mentalidade correcional-repressiva (FÁVERO, 1995, p. 29, grifo da autora).

Nesse contexto, a interferência do Estado na problemática foi marcada pela criação do Juizado de Menores e a promulgação do Código de Menores em 1927¹. A preocupação com as proporções que a questão apresentava, suscitou a busca de alternativas para seu enfrentamento, e a tentativa, nesse momento, foi o estabelecimento de parcerias, neste caso em particular, com o Judiciário, que por sua vez, se viu responsável pelo atendimento às crianças e adolescentes “problemas” (MACHADO, 2004, grifo nosso).

Criaram-se, então os comissários de vigilância, antecessores dos assistentes sociais, para cuidarem dos “menores” e para atenderem as pessoas que compareciam no Juizado.

Os comissários de vigilância, posteriormente denominados comissários de menores, continuavam inteirando o quadro do Juizado de Menores, voluntariamente, embora suas funções não estivessem previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990 (FÁVERO, 1995, p. 32).

Faziam parte das atividades dos comissários, a realização de visitas domiciliares, a emissão de pareceres sobre a situação do “menor” e receber queixas relativas a abandono e infrações atribuídas aos “menores” (FÁVERO, 1995).

Conforme lembra Fávero (1995), os comissários antecederam a entrada formal do Serviço Social no quadro do Juizado de Menores, que teve sua inserção no Judiciário de São Paulo por volta do final da década de 1930 e início de 40, quando já contava com a presença de assistentes sociais no Tribunal de Justiça do Estado. Porém, foi através dos Serviços de Colocação Familiar² e da Seção de Informações e de Serviço Social³, criados, respectivamente, em 1949 e 1956, que o Serviço Social legitima seu espaço de intervenção no interior do Juizado de Menores.

Ocupando esse espaço no campo legal, o assistente social, juntamente com as mais diversas atribuições, de acordo com Fávero (1995, p. 34), “passou a operar prioritariamente

¹ Este Código, também conhecido como Código de Mello Matos, foi promulgado pela lei nº. 17.943-A, de 12 de Outubro de 1927. Consolidou as leis de “assistência e proteção à menores, abandonados e delinquentes” com menos de 18 anos de idade, e vigorou por 52 anos, até a promulgação do Código de Menores de 1979.

² O Serviço de Colocação Familiar, criado pela Lei de Colocação Familiar, surgiu como proposta de assistência ao menor com até 14 anos de idade, proveniente de família pobre, colocando-o, de forma provisória em um lar substituto, até que a família de origem se reajustasse ao que se consideravam normas de vida. (FÁVERO, 1995).

³ Este serviço era organizado em duas seções: a Seção de Informações e Triagem, onde o Serviço Social atendia as pessoas que procuravam o Juizado de Menores e realizava a triagem dos casos da Vara Privativa de Menores, e a Seção de Serviço Social, que atendia todos os casos encaminhados pela triagem que necessitavam de orientação específica do Serviço Social ou de outra medida que implicasse em abertura de processo (FÁVERO, 1995, p.98).

como perito, referenciado pelo seu saber profissional, auxiliando, dessa forma, o juiz na tomada de decisões legais com relação aos menores e suas famílias”.

Conforme Iamamoto (1998 apud Machado, 2004, p. 27):

Nessa época a profissão passa a constituir-se como parte do trabalho social produzido pelo conjunto da sociedade, participando da criação e prestação de serviços que atendem às necessidades sociais. Ora o Serviço Social reproduz-se como um trabalho especializado na sociedade por ser socialmente necessário: produz serviços que atendam às necessidades sociais, isto é, tem valor de uso, uma utilidade social.

Com o segundo Código de Menores, de 1979, o Serviço Social, segundo Fávero (2003, p. 20-21),

[...] passou a ser integrado em maior número no interior do Judiciário, na medida em que, para a aplicação dessa lei, seriam levados em conta, dentre outros elementos, o contexto sócio-econômico e cultural em que se encontrava o menor e seus pais ou responsável [...].

Nessa época, ressalta-se que, decorrente de debates e discussões no interior da profissão, o Serviço Social expandiu-se nacionalmente, ocupando novos espaços profissionais e passando a compreender os problemas sociais enquanto totalidade.

Assim como em São Paulo, o Serviço Social no Estado do Rio de Janeiro, conforme lembram Borges e Nascimento (2001), aparece para atuar na área da Justiça, por volta do final dos anos de 1930, através da criação da Agência de Serviço Social do Juizado de Menores, em colaboração com a Legião Brasileira de Assistência - LBA. Tal agência,

[...] justificada pelo então Juiz Alberto Mourão Russel tinha como objetivo enfrentar a problemática do “desajustamento social entre os menores”, de modo mais prático e mais coerente com a moderna técnica de assistência social [...] (BORGES; NASCIMENTO, 2001, p. 2, grifo dos autores).

A criação do Serviço Social no Juizado de Menores do Rio de Janeiro, de acordo com Borges e Nascimento (2001, p. 2) “foi fruto da necessidade observada pelo então citado Juiz de Menores, em relação ao assessoramento e consultoria especializada no trato com a criança e adolescente em situação irregular, conforme preconizava o Código de Menores”.

O Juízo de Menores do Rio de Janeiro, em 1938, com apoio do Ministério da Justiça foi uma das primeiras vertentes de iniciativa à formação técnica de pessoas especializadas para a assistência, ao fundar a Escola Técnica de Serviço Social. A origem desta vertente veio

das necessidades próprias da Instituição e de outras ligadas à assistência ao “menor” (BORGES; NASCIMENTO, 2001, grifo nosso).

Na década de 40 surgiram diversas escolas de Serviço Social⁴ nas capitais dos estados, porém, no Rio de Janeiro, o Juízo de Menores e o Serviço de Assistência ao Menor da Prefeitura são os primeiros, no setor público, a introduzir assistentes sociais em seus quadros por meio de concurso público (BORGES; NASCIMENTO, 2001).

Nessa mesma década, de acordo com Martinelli (2000, p. 131),

o Serviço Social avançava no processo de institucionalização da profissão [...] e consolidando essa posição nas décadas seguintes, o Estado despontou como o grande empregador do assistente social, ampliando-se assim os mecanismos de controle sobre a estrutura da categoria profissional [...].

Nesse momento de regulamentação e institucionalização da profissão, conforme Borges e Nascimento (2001, p. 2), “o Serviço Social, em 1948, se inseriu no Tribunal de Justiça através de uma Agência Familiar da Legião Brasileira de Assistência, instalada nas dependências do Juizado de Menores e, passa então, a integrar o quadro da Justiça”.

Tendo em vista a ampliação do trabalho, fez-se necessário na época que alguns profissionais fossem cedidos por outras instituições, para prestarem serviços ao Judiciário e, ainda, um concurso público foi idealizado, mas sua realização só aconteceu em 1988, devido à burocracia e dificuldades de sua operacionalização. (BORGES; NASCIMENTO, 2001).

O Serviço Social, através desse concurso, inicia sua atuação em questões familiares na Vara de Família do Judiciário do Rio de Janeiro e, com o passar do tempo, neste âmbito, passa então a atuar em outras questões. No cenário nacional, “o Serviço Social, no campo do Judiciário, se fortalece na década de 80, mas ainda de forma tímida e submissa aos poderes instituídos [...]” (FUZIWARA, 2001, p. 2).

Na transição dos anos de 1980 para os anos 90, conforme Netto (1996 apud Fuziwara, 2001, p.2), “o Serviço Social passa pelo quadro de manutenção, através da democratização dos diferentes posicionamentos teórico-metodológicos e ideo-políticos. Essa é uma fase de recriação da profissão, rompendo com o histórico conservadorismo [...]”.

Nesse período da história, o Serviço Social atravessa um momento de amadurecimento do seu projeto profissional, onde os conceitos de direitos e de cidadania são apropriados profundamente pela profissão. A necessidade de revisão do Código de Ética da

⁴ Como lembra Yasbeck (1977 apud Fávero, 1995, p.32) “em 1936, é fundada a primeira Escola de Serviço Social em São Paulo (e no país) por grupos ligados à igreja católica, porém, respondendo a uma demanda do Estado. Em 1940 surge o Instituto de Serviço Social, dirigido para o Serviço Social do Trabalho”.

profissão, que, por sua vez, norteia o rumo das ações profissionais, somado as alterações correntes na sociedade brasileira, em destaque para a Constituição Federal de 1988, marcou esse momento da trajetória da profissão.

Um outro marco nos avanços e conquistas legais, nessa época, é o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, que vem substituir o Código de Menores e compreender crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

Como aconteceu no Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, o Serviço Social, em outros estados brasileiros, teve sua inserção na área judiciária, com o surgimento das problemáticas relacionadas às crianças e adolescentes, desde então designados para prestar serviços em programas relativos às questões que envolviam estes sujeitos.

Percebemos, portanto, que o Juizado de Menores foi um espaço prioritário de inserção da profissão necessária à operacionalização das normas ou medidas de apoio. Dessa forma, os papéis desempenhados pelo Poder Judiciário na aplicação da lei foram marcando a intervenção do Serviço Social junto ao Juizado de Menores (FÁVERO, 1995).

Contudo, para Fávero (1995, p. 110), o saber profissional,

[...] tanto, ofereceu respaldo ao poder coercitivo/normalizador da instituição, como foi se contrapondo ao seu exercício. Dessa forma mais acentuada, seu saber operava a prática pela busca de regulação do cotidiano, da normalização, do disciplinamento e reajustamento de indivíduos, dentro das normas institucionais e legais vigentes. [...] Numa outra direção, ainda que embrionariamente, algumas ações pautavam-se pela busca de possibilidades de garantias dos direitos, de garantia a uma vida digna, de esclarecimentos e denúncias sobre as injustiças sociais [...].

Segundo a autora, essa perspectiva de atuação voltada para os direitos, encontrou possibilidades de se concretizar através do Serviço de Colocação Familiar, onde o assistente social, responsável por esse serviço, passou a intervir com a ajuda de alguns instrumentos, como a visita domiciliar, a entrevista, a observação, dentre outros, utilizados na construção dos relatórios que serviam de apoio à decisão a ser tomada.

Na atualidade, o Serviço Social partilha de um projeto profissional e, a partir deste, se afirma como profissão comprometida com a garantia do acesso e a efetivação dos direitos de cidadania. Por assim agir, a noção de acesso à justiça ganha espaço nesse contexto, pois se torna inerente à discussão do Serviço Social no âmbito do Judiciário. Assim sendo, destacamos, a seguir, algumas reflexões sobre o tema.

1.2 O acesso à justiça e o Serviço Social

As profundas modificações que vêm acontecendo no mundo contemporâneo, nos seus mais variados aspectos, somadas às contradições decorrentes do modo de vida em sociedade, fazem com que, a todo tempo, no cotidiano, seja retomada a questão da justiça.

Toda essa realidade apresentada na atualidade leva os sujeitos, que na sua grande maioria desconhece seus direitos e a influência destes na sua vida cotidiana, a uma maior procura pelas instituições de justiça a fim de solucionar conflitos por eles vivenciados. Porém, cumpre-nos reconhecer que a instituição judiciária ainda se apresenta inacessível para a grande maioria da população.

Essa questão da acessibilidade, ou melhor, do acesso à justiça⁵, não se trata de um tema recente, e remonta aos séculos XVIII e XIX, quando, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, o conceito de direitos humanos começou a sofrer transformações, e no âmbito destas, o direito de acesso foi progressivamente reconhecido como de grande importância entre os novos direitos individuais e sociais.

Concomitantemente ao aumento das demandas sociais, tem-se observado, ao longo da história, que conceitos como cidadania e justiça, dentre outros, vêm sendo discutidos e ampliados, por meio da criação de leis constituídas por princípios promotores à defesa e preservação dos direitos da população. Entretanto, conforme lembra e aponta Chuairi (2001, p.127), “na sociedade brasileira ainda se luta para afirmar e garantir direitos, civis, trabalhistas, políticos e sociais [...] muitas vezes, os direitos reconhecidos através das leis não têm aplicação concreta na vida cotidiana das pessoas”.

Nesse entendimento, nos reportamos ao direito de acesso à justiça e percebemos que, apesar dos direitos serem garantidos e reconhecidos constitucionalmente, tal direito ainda encontra dificuldades na sua efetivação e, portanto, ainda não é amplo. “O direito do acesso à justiça assume relevância em nossa sociedade à medida que aparece como ponto de interligação entre a garantia do exercício da cidadania [...]” (CHUAIIRI, 2001, p. 125).

O termo “acesso” significa ingresso. A “justiça”, por sua vez, deve ser entendida num sentido mais amplo, podendo-se entender também como um conjunto de valores. Portanto, o “acesso à justiça” não pode ser reduzido apenas a acesso ao Poder Judiciário. “O

⁵A questão do acesso à justiça deve ser entendida em seu duplo sentido. No sentido estrito, o acesso à justiça se dá via Judiciário, referindo-se à oportunidade de o sujeito procurar a defesa de seus direitos, através de um procedimento judicial. No sentido geral, refere-se às condições de participação dos sujeitos no processo econômico, político e social. BARBOSA, (1984 apud CHUAIIRI, 2001).

acesso à justiça não se esgota no acesso ao judiciário e no próprio universo do direito estatal” (RODRIGUES, 1994, p. 28).

Nessa direção, Grinover (1994, p. 31) aponta que “a idéia do acesso à justiça não mais se limita ao mero acesso aos tribunais, mas tem que ser compreendido em sua concepção mais ampla”.

Considerando esse entendimento, o acesso à justiça se insere num quadro de democracia participativa, na própria administração da Justiça como instrumento de garantia da legitimação democrática do exercício da jurisdição e, a participação mediante o processo, veículo de participação democrática, que por sua vez, se concretiza pela efetiva prestação de assistência judiciária (GRINOVER, 1992 apud CHUAIRI, 2001).

Sobre o tema, Watanabe (apud Chuairi, 2001, p. 128), entende o conceito de acesso à justiça, “não só como um direito necessário à viabilização dos demais direitos, mas também como garantia do exercício desses direitos de forma justa”.

O acesso à justiça é um tema que tem sido discutido por vários autores, os quais apontam soluções para a questão com base em diversos critérios, sejam estes políticos, econômicos, sociais ou de justiça.

A partir dessas discussões, vários são os obstáculos apontados para a efetivação do direito do acesso à justiça. Assim, frente ao princípio constitucional de igualdade, confrontado com os indicadores sociais apontados pela realidade brasileira, não há dúvidas acerca dos obstáculos de ordem econômica e social que impedem o acesso à justiça para as classes populares: a pobreza, a distância física, o preconceito e a inexistência de organismos voltados à realização do justo.

A desinformação por parte da população a respeito da justiça e de suas instituições, se configura como um outro obstáculo, mesmo sendo este um direito garantido constitucionalmente. Portanto, torna-se necessário, informar de maneira democrática, aos destinatários quanto aos serviços de justiça, bem como quanto aos serviços públicos em geral, pois, como sustenta Rodrigues (1994, p. 81), “o direito a informação é um dos princípios básicos para o efetivo acesso à justiça”.

E o direito de acesso à justiça, de acordo com Marioni (1993, p. 37), “pressupõe o direito a informação a respeito da existência dos direitos”. Nesse entendimento, garantir esse acesso é fundamental para a população, que, de maneira educativa deve receber esclarecimentos e orientações sobre seus direitos e deveres de forma ampla.

Nessa direção, Santa Catarina (2000) aponta para uma mudança de comportamento no que se refere ao direcionamento das ações do Judiciário, assim dizendo:

Daí a ilação de que o Judiciário como Poder ou atividade estatal e enquanto instituição da justiça, não pode mais se manter eqüidistante dos debates sociais, devendo assumir seu papel de participante do processo evolutivo das nações, notadamente em temas como dignidade humana, redução das desigualdades sociais, [...] co-participe, em suma, da construção de uma sociedade mais justa, livre, solidária e fraterna.

O Serviço Social, por sua vez, exercendo suas atividades no sistema jurídico ou junto ao Poder Judiciário, contribui para a garantia do acesso à justiça “à medida que coloca a defesa, a preservação, conquista e ampliação dos direitos de cidadania, bem como sua efetivação e viabilização social, como foco de seu trabalho.” (CHUAIARI, 2001, p. 137).

No âmbito dessa discussão, Chuairi (2001, p. 139) assinala que no campo jurídico,

o trabalho do assistente social se caracteriza por uma prática de operacionalização de direitos, de compreensão dos problemas sociais enfrentados pelos sujeitos no seu cotidiano e suas inter-relações com o sistema de justiça. Além disso, permite, ainda, a reflexão e análise da realidade social dessa população, da efetividade das leis e de direitos socialmente reconhecidos [...].

As pessoas que vêm em busca desse serviço, geralmente trazem consigo dificuldades, angústias e ansiedades, solicitando ao profissional, soluções rápidas para os problemas enfrentados. Logo, “o trabalho do assistente social auxilia os sujeitos a analisar e redimensionar suas situações de litígio esclarecendo seus direitos e deveres, buscando alternativas de ação para resolução de seus conflitos” (CHUAIARI, 2001, p. 139).

Nessa perspectiva de atuação, o assistente social precisa ter a preocupação de se comprometer com o atendimento, possibilitando a garantia de seus direitos e, além disso, oferecer respeito humano, consideração, atenção e muita escuta a esses sujeitos.

Para tanto, Chuairi (2001) sustenta que a ação profissional do assistente social requer responsabilidade técnica e teórica, mas também envolve compromisso com a população atendida pelos serviços, devendo ter como proposta básica de sua intervenção o atendimento às necessidades dos usuários, sejam elas de ordem econômica, social, psicossocial ou política.

Nesta direção, ressalta-se que o contexto histórico e sóciopolítico é considerado como definidor para a intervenção profissional do assistente social, inserido no interior da organização judiciária. Sendo assim, conhecer e reconhecer os limites e possibilidades desse espaço ocupacional é fundamental para o profissional, no sentido de assegurar sua legitimidade profissional e enfrentar o desafio de responder as particularidades das demandas postas à profissão.

Portanto, vislumbrando a possibilidade de proporcionar o encontro de uma melhor compreensão da organização judiciária, enquanto espaço de atuação do Serviço Social, na qual se define o campo de trabalho do assistente social, considerando a repercussão do rebatimento das transformações societárias no seu exercício profissional, foi pensado e construído o item seguinte do trabalho em tela.

1.3 A organização judiciária e o campo de trabalho do assistente social

O Estado brasileiro é constituído por três poderes, quais sejam: o executivo, o legislativo e o judiciário. Sendo assim, o poder do Estado está dividido e distribuído nestes órgãos, onde a necessidade de proceder essa separação pressupõe a tripartição de suas funções, ou seja, a distinção entre a função legislativa, administrativa e jurisdicional.

Deste modo, cabe a cada poder o desempenho de suas funções privativas. Ao Poder Executivo cabe o exercício da função de administrar a coisa pública dirigindo e impulsionando os assuntos administrativos, velando pela ordem interna e pela segurança pública. Ao Poder Legislativo, por sua vez, cabe a função de legislar; é encarregado pela elaboração das normas que se denominam Leis (SANTA CATARINA, 2002).

Ao Poder Judiciário, conforme texto constitucional, cabe o poder e o dever de desenvolver todo o sistema de justiça. Portanto, “o Poder Judiciário é responsável pela aplicação das leis com o objetivo de solucionar todos os conflitos de interesse que surjam entre pessoas, empresas e instituições, desde que lhes sejam postos à decisão”. (PIZZOL, 2003, p. 23). Essa é chamada função jurisdicional exercida pelo Judiciário, ou simplesmente jurisdição⁶. Assim agindo, o Poder Judiciário garante os direitos de cada pessoa e, logo, promove a justiça.

[...] As práticas que o Judiciário põe em ação, operacionalizam e, são parte de sustentação do Estado. Como uma forma de ordenamento político, de organização do poder, o Estado deve, por meio do Judiciário, ordenar e operacionalizar ações referentes aos direitos fundamentais e sociais da população (BOBBIO, 1993 apud FÁVERO, 1995, p. 18).

⁶ “A Jurisdição é a capacidade de que dispõe o Estado para, por intermédio dos Juízes, dizer o direito das partes. Apesar de ser inerte, ela é obrigada a decidir sempre que for provocada. Portanto, a manifestação do Judiciário só se dá quando for chamado a fazê-lo” (SANTA CATARINA, 2002, p.7).

Além da função jurisdicional, constitucionalmente prevista e atribuída, o Judiciário dispõe de uma outra função, a qual não existe para realizar o Direito, mas para viabilizar os seus objetivos, se tratando então da função administrativa⁷.

Segundo Machado (2004, p. 22), “para o exercício e cumprimento de suas funções, o Judiciário têm estabelecido uma ordem hierárquica predominantemente verticalizada e, em seu vértice, encontra-se o magistrado”, ao qual é atribuída autoridade legal e social.

No âmbito da discussão sobre o Poder Judiciário, autores trazem suas contribuições para melhor refletir e compreender esse espaço público institucional de atuação do Serviço Social. Referindo-se ao Poder Judiciário, Machado (2004, p. 20) diz que,

[...] dentre os três poderes, é aquele em que a representação que se têm do poder, como uma relação entre dominantes e dominados, ocorre de forma mais personalizada. O Poder Judiciário ainda encarna um poder quase que soberano. E se isso não é real na dimensão de sua prática, o é ainda, no imaginário de grande parte da população, principalmente, daquela que geralmente tem dificuldade no acesso à justiça.

Como tem sido apontado por Fuziwara (2001), o Poder Judiciário constitui-se numa instituição fundada em conceitos positivistas, conservadores, autoritários e burocráticos. Tais características não só podem como tendem a comprometer de certa forma, a existência da relação democrática, quer seja com outros profissionais, como também com os próprios usuários dos serviços prestados.

Nesse entendimento Machado (2004, p. 25), coloca que:

O Poder Judiciário, ainda que juridicamente esteja constituído como poder autônomo, está inserido na dinâmica contraditória das relações sociais desta sociedade capitalista, onde seus representantes reproduzem ideologicamente a cultura instituída e legitimada pela sociedade, no decorrer da história do país, que vivenciou períodos de intensa repressão e autoritarismo.

Para Fávero (1995), o Judiciário de maneira formal, ao intervir no comportamento das pessoas, desenvolve ações, sejam estas de maneira direta ou indireta, proibindo ou autorizando condutas, sendo chamado para agir frente aos desvios. Assim, “como instância normatizadora no dia a dia de indivíduos e classes sociais, busca pela lei, enquadrar determinadas situações visando à manutenção ou o restabelecimento da ordem” (FÁVERO, 1995, p. 21-22).

⁷ Esta função está ligada aos meios - serviços administrativos -, enquanto a função jurisdicional está ligada à atividade fim do Poder Judiciário (SANTA CATARINA, 2002).

Dentro dessa visão, o Judiciário se torna espaço privilegiado para o exercício de práticas fundamentadas no disciplinamento e controle. Porém, como aponta Fávero (1995, p. 23) “embora que estas expressões se coloquem inerentes às ações do Judiciário, este também é acionado e age como instância de garantia dos direitos”.

O Serviço Social inserido na instituição judiciária tem seu exercício profissional perpassado, cotidianamente, por essas relações de poder e, “como parte deste aparato burocrático e ideológico não está isento de reproduzir as relações sociais que legitimam esse projeto” (MACHADO, 2004, p. 25).

Nessa direção, “o Serviço Social inserido no Judiciário enfrenta grandes desafios por estar consolidando um novo fazer profissional na sua auto-superação” (Fuziwara, 2001, p. 2).

Avançando nessa discussão, Fávero (2003, p. 31), coloca que:

A imersão num cotidiano tenso, complexo e, via de regra autoritário, torna permanente o desafio dos profissionais no que se refere ao exercício da liberdade e da criatividade; torna permanente o desafio em fazer com que esse campo de poderes do qual faz parte, se mantenha direcionado para a garantia de direitos humanos e sociais, para a efetiva proteção de crianças e adolescentes e famílias, e não para o disciplinamento e a regulação social, de cunho coercitivo e moralizador.

Referindo-nos ao exercício profissional do assistente social inserido no Judiciário podemos perceber, através da fala da autora acima citada, que este profissional enfrenta aí desafios que são postos à profissão cotidianamente. Responder a esses desafios, significa posicionar-se criticamente diante da realidade que se apresenta, conduzindo seu processo interventivo na direção de ações que garantam o exercício de cidadania da população usuária de seus serviços.

Assim, de acordo com Zanetti (2001), o assistente social neste espaço ocupacional, fará a diferença ao colocar a profissão em posição que possa contribuir para a implementação de processos efetivamente participativos, buscando conhecimentos novos e o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional, identificada nos princípios do Código de Ética da profissão, e tendo compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população.

O crescente número de pessoas que busca na instância jurídica respostas aos seus conflitos não resolvidos em outras esferas está intimamente ligado às metamorfoses da sociedade contemporânea. Logo, estas transformações indicam tanto alterações no mercado de trabalho, quanto às condições e relações de trabalho do Serviço Social situado frente a estas.

Partimos, então, do entendimento de que a realidade é construída por meio das relações que os sujeitos sociais estabelecem entre si e com o meio, e que são estas relações que determinam a forma de apreensão desta realidade.

Nesta direção, Iamamoto (2001, p. 150-151) coloca que,

[...] assim desvendar a prática profissional cotidiana supõe inseri-la no quadro das relações sociais fundamentais da sociedade, ou seja, entendê-la no jogo tenso das relações entre as classes sociais, suas frações e das relações desta com o Estado.

O assistente social, ao fazer uma leitura da correlação de forças presentes na situação, procura conhecer e apreender a dinâmica conjuntural com a finalidade de não limitar sua ação profissional, tendo, assim, a possibilidade de dar respostas concretas às demandas e necessidades e, ainda, traduzir uma demanda individual em demanda coletiva.

[...] As situações singulares vivenciadas pelos indivíduos são portadoras de dimensões universais e particulares das expressões da questão social (objeto de trabalho do assistente social), condensadas na história de vida de cada um deles. O conhecimento das condições de vida dos sujeitos permite ao assistente social dispor de um conjunto de informações que, iluminadas, por uma perspectiva teórica crítica, possibilitam apreender e revelar as novas faces e os novos meandros da questão social, que desafia a cada momento o desempenho profissional [...] (IAMAMOTO, 2004, p. 272, grifo nosso).

Fazendo um retrospecto sobre a trajetória histórica do Serviço Social no Judiciário, percebemos a significativa expansão deste espaço institucional como campo de trabalho do assistente social, considerando cada contexto histórico, que é marcado pelas transformações da sociedade e, também, o surgimento de novas demandas que emergem no cotidiano profissional, as quais exigem ações propositivas, criativas e emancipatórias.

Nos dias atuais essa ampliação do campo de trabalho do Serviço Social na área judiciária, nos mostra que a atuação profissional não se limita restritivamente à informações acerca do usuário, assim como se apresentava a prática profissional no início de sua inserção. Pois, com o passar do tempo, a profissão conquistou novas frentes de trabalho e vem legitimando seu espaço no interior de tal organização (PIZZOL; SILVA, 2001b).

A inserção do Serviço Social no âmbito da organização judiciária acontece em nível local, ou seja, nas comarcas, que são as menores unidades administrativas do Poder Judiciário. Assim, como os profissionais de outras áreas atuantes nesse espaço, os assistentes sociais são subordinados administrativa e legalmente ao juiz de Direito, tendo como atribuição fornecer subsídios à decisão judicial (FÁVERO, 1995).

No entanto, isso não significa entender, como bem aponta Fávero (2003), que o assistente social não dispunha de autonomia para exercer suas funções, pois, ao contrário, a autonomia garantida no Código de Ética, se legitima pela competência teórico-metodológica, ético-política e formativa - conhecimento adquirido e produzido na área de formação profissional -, por meio da qual constrói e reconstrói seu exercício profissional.

Assim, a capacidade em articular todas essas dimensões do saber profissional, oportuniza ao assistente social assumir uma posição intermediária entre a população e a organização judiciária, interferindo na aplicação da lei, numa perspectiva democrática e de inclusão social.

A atuação do profissional de Serviço Social no Judiciário se caracteriza, hoje, por várias formas de intervenção, porém as questões familiares se configuram como as principais, em se tratando do seu campo de trabalho. Tal realidade assim se apresenta, tendo em vista, que a família tem acompanhado as transformações ocorridas na sociedade, ficando assim, exposta a inúmeros acontecimentos, que alteram a sua dinâmica, imprimindo mudanças na sua constituição. Os diversos arranjos familiares existentes, hoje, demonstram a influência de tantas transformações.

De acordo com Borges e Nascimento (2001, p. 2) “o contexto familiar chega ao Poder Judiciário no âmbito das Varas de Família, quando as dinâmicas familiares não estão mais dando conta dos sofrimentos e angústias resultantes de impasses e conflitos gerados”.

Sendo assim, as famílias quando não conseguem responder aos conflitos por elas vivenciados, buscam a intervenção da “Justiça”, por meio do Poder Judiciário, no propósito de que este possa dirimir tais conflitos e atender suas necessidades.

Nesse contexto, conforme Borges e Nascimento (2001), junto às questões familiares, o assistente social é chamado a atuar nas Varas de Família e Cíveis, em processos das mais variadas naturezas, envolvendo questões como: separação consensual e litigiosa, divórcio litigioso e consensual, separação de corpos, guarda, tutela, adoção, oferta de alimentos, regulamentação de visitas, busca e apreensão, dentre outros.

Trabalhando junto à justiça da Infância e da Juventude, onde as ações estão legalmente fundadas no Direito da Criança e do Adolescente e no Direito Civil, os profissionais de Serviço Social têm sua intervenção orientada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

No cumprimento de tal legislação, o assistente social atua nas medidas de proteção quando os direitos reconhecidos pela Lei são violados, nos procedimentos de colocação em família substituta e abrigamento, em procedimentos de guarda, tutela e adoção, nos

procedimentos que envolvam as medidas sócio-educativas para adolescentes em conflito com a lei, nos procedimentos de destituição e suspensão do poder familiar, verificação de situação de criança e adolescente, dentre outros (PIZZOL; SILVA, 2001a).

O assistente social, junto à área da Infância e Juventude, conforme apontam Pizzol e Silva (2001a), têm sua atuação voltada para o compromisso em contribuir para a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Assim, cabe ao profissional, em conjunto com o juiz e o promotor, contribuir para a garantia do direito a convivência familiar e comunitária, conforme dispõe o art. 19 do ECA.

Diante disso, acionar as redes de apoio, representadas pelos órgãos locais que prestam atendimento a estas demandas e pelas lideranças comunitárias locais, é fundamental para garantir a participação destes sujeitos sociais neste compromisso com os direitos. De acordo com Iamamoto (1999, p. 125) “[...] a articulação com setores institucionais afins e movimentos sociais mostra-se básica para potencializar o desenvolvimento de ações voltadas ao fortalecimento do coletivo”.

A intervenção profissional no espaço do Judiciário desenvolve-se de acordo com as diferentes realidades e, considerando as particularidades de cada realidade, as Varas de Sucessões e de Registros Públicos também se constitui campo de trabalho do assistente social, que se divide em dois tipos de intervenção, nos processos judiciais e fora deles.

Nos processos judiciais, o assistente social se utiliza do estudo social como seu principal instrumento de intervenção, que acontece nos procedimentos de inventários e pedidos judiciais para liberação de recursos e direitos previdenciários. Já, a intervenção realizada fora dos processos judiciais está voltada para a formulação de pedidos de registros, tardio de nascimento e óbito, através de requerimentos simples ou fundamentados por relatórios, os quais relatam a situação em que os sujeitos estão envolvidos (Informação verbal).⁸

Diante do exposto, o Serviço Social no Judiciário, junto às Varas de Família e Cíveis, da Infância e Juventude e, de Sucessões e de Registros Públicos, atua nos processos judiciais por meio do estudo social e/ou perícia social, considerados seus principais instrumentos de trabalho e suporte fundamental para aplicação das medidas judiciais.

Conforme aponta Queiroz (2004, p. 3):

No Poder Judiciário, o Serviço Social atua junto à autoridade judiciária, assessorando, com subsídios técnicos, a decisão judicial. Assim, mediante o

⁸ Informação fornecida por Ana Maria Mafra Dal-Bó, Assistente Social do Fórum do Norte da Ilha, Comarca de Florianópolis, em entrevista (não publicada) realizada em 23 de Maio de 2006.

estudo social, elaborado com o levantamento de dados do contexto dos jurisdicionados, o assistente social intervém na relação entre a população usuária e o acesso aos seus direitos, emitindo parecer conclusivo referente à situação trazida nos autos [...].

Tanto o estudo social quanto a perícia social, realizados pelo Serviço Social neste espaço de atuação, possui caráter de assessoramento aos juízes na tomada de decisões diante de situações específicas, devendo o assistente social emitir sua opinião. Porém, o estudo social, comumente utilizado pelos assistentes sociais no Judiciário, pode ser efetuado quando for o caso, tendo em vista a necessidade, e embora possa ter o mesmo objetivo da perícia, que é averiguar a situação determinada judicialmente, permite ao profissional intervir simultaneamente na situação.

A distinção entre estudo social e perícia social, segundo Miotto (2001, p. 157),

[...] baseia-se na observação de que a realização de uma perícia social implica a realização do estudo social, porém o estudo social não é em princípio uma perícia [...] a perícia tem uma finalidade precípua, que é a emissão de um parecer para subsidiar a decisão de outrem (frequentemente o juiz) sobre determinada situação (grifo da autora).

Inserido na organização judiciária, o assistente social, no seu cotidiano profissional realiza ainda o plantão social, momento em que emergem diversas questões; o assistente social presta atendimento às pessoas que comparecem trazendo tais questões, na sua maioria conflitos por eles vivenciados e para os quais esperam uma providência e a garantia de seus direitos.

Faz-se necessário ressaltar, também, que tendo em vista as particularidades das diferentes realidades, o assistente social atuando no âmbito da organização judiciária, está, cotidianamente, em constante comunicação com vários profissionais, quais sejam: juiz, promotor, comissário da Infância e Juventude, psicólogo, advogado, pedagogo, dentre outros.

Esse encontro com as várias visões de diferentes áreas que o cotidiano institucional possibilita ao assistente social é importante e, defendido por Fuziwara (2001, p. 2), ao dizer, que “é essencial avançar na compreensão das diversas categorias de análise e ter um diálogo profundo com as diversas áreas do saber e com vários paradigmas teórico-metodológicos, pois o caminho da interdisciplinaridade pode realmente favorecer a Justiça”.

Por fim, e não menos importante, vale lembrar que, no Judiciário ou em qualquer área de atuação que o Serviço Social esteja inserido, o exercício profissional deve estar comprometido com a consolidação do projeto ético-político, norteado pelos valores

materializados no Código de Ética da profissão. Tais valores devem ser traduzidos no relacionamento estabelecido pelo profissional com usuário e instituição, preservando a qualidade dos serviços prestados e comprometendo-se com a garantia dos direitos da população.

E assim o assistente social deve agir,

[...] afirmando o compromisso com a cidadania e com a defesa dos direitos humanos e sociais, [...] colocando os direitos sociais como foco do trabalho profissional e defendendo-os tanto na expressão legal, quanto traduzindo-os em viabilização e efetivação social [...](IAMAMOTO, 2001, p. 78).

É dotado desse entendimento que o Serviço Social, na organização judiciária, se insere na área Penal, importante campo de trabalho do assistente social, mesmo sendo ainda uma realidade recente para o cotidiano profissional em muitas comarcas. Atuando nesta área, por meio das Varas de Execuções Penais e dos Juizados Especiais Criminais, o assistente social tem sua atuação embasada nos princípios da Lei de Execuções Penais – LEP nº. 7.210; age na busca dos direitos das pessoas estigmatizadas pela sociedade e na garantia da convivência familiar e comunitária, para que se possa alcançar efetivamente a socialização dessas pessoas.

Junto a esses espaços, o Serviço Social tem assumido um importante campo de trabalho, que se refere às penas alternativas, constitutivas do Direito Penal brasileiro, em especial, na operacionalização de uma de suas modalidades, que é a Prestação de Serviço à Comunidade.

Portanto, antes de apresentar e discutir a atuação do assistente social nessa área específica, faz-se necessário contextualizar o surgimento das penas alternativas como possibilidade de aplicabilidade legal para o Poder Judiciário.

1.4 As Penas Alternativas no Poder Judiciário: contextualizando seu surgimento

O surgimento de um novo e diferente sistema geralmente acontece em decorrência da crise daquele que vem sendo utilizado, quando este já não vem alcançando os objetivos a que se propôs, e não mais atende a finalidade para a qual foi criado. Assim, como num sistema fracassado, é lembrada e discutida a privação de liberdade.

A pena privativa de liberdade (prisão) na condição de modalidade de pena, passou ao longo dos séculos por vários processos na tentativa de justificar sua existência, de amenizar formas “ultrapassadas” de punição dos indivíduos e de imprimir transformações referentes à humanização, tanto de suas instituições quanto da aplicação e cumprimento da pena.

Todas essas tentativas frustradas acabaram por piorar ainda mais a situação a qual vivenciava a privação de liberdade, ao tentar se assegurar como “modelo” prioritário de punição dos delitos, acentuando e aprofundando a crise pela qual já havia enfrentando algum tempo.

Logo, toda essa situação suscitou em novas formas de pensar e de agir sobre a questão, provocando o surgimento de penas alternativas à prisão, com o propósito de transformar essa realidade, no que diz respeito à aplicação das penas.

Portanto, na seqüência, será apresentada a crise da pena privativa de liberdade, através das críticas apontadas por alguns autores, especialistas no tema, para, então, entendermos em que contexto surge as penas alternativas, consideradas por muitos autores como uma nova visão para o sentido da pena.

1.4.1 Da crise da pena privativa de liberdade

A realidade contemporânea confronta-se direta e crescentemente com as diversas formas de violência, sendo que em países periféricos, tal como o Brasil, as cidades concentram os maiores e mais graves efeitos dessas formas.

A violência urbana e, conseqüentemente, o aumento da criminalidade têm sido uma das maiores preocupações da nossa sociedade na atualidade. Retrutada através dos meios de comunicação em massa, essa situação de violência induz a um sentimento de indignação e medo na população.

O fato é que a violência e a criminalidade têm implicações imediatas para o cotidiano de todos e, além disso, se a violência é efeito, pode vir a ser causa, ou pelo menos, ter implicações profundas na transformação da realidade, cujos problemas têm de ser solucionados [...] (SIQUEIRA, 2001, p. 60).

No Brasil e no mundo, conforme lembra Colmán (2005), a reação, talvez equivocada, porém predominante da população, tem se pautado na exigência do aumento da repressão ao

crime e em medidas de segregação à pessoa que o comete em unidades prisionais. No entanto, as experiências em volta do mundo demonstram que esta última não é uma alternativa eficaz, nem muito menos uma maneira de ressocializar, reeducar e punir infratores.

Segundo Batochio (1996, p. 446), “a pena privativa de liberdade, que ainda constitui o eixo dos sistemas penais contemporâneo é tida como de origem batava e remonta ao século XVI”.

A prisão acabou sendo a penalidade mais aplicada, ao mesmo tempo em que se pregava o seu fim utilitarista como pena. Entretanto, não alcançou o fim a que se propôs, demonstrando que falhou com relação às funções da pena, dentre as quais se destaca a ressocialização, resultando ser ineficaz enquanto medida de prevenção à prática do crime.

Sendo assim, muitas são as críticas dirigidas à pena privativa de liberdade, por todas as suas falhas, especialmente a de curta duração.

Na fala de Süsskind (2001, p. 13),

a prisão consiste num equívoco histórico que a sociedade não consegue reparar, não porque não o reconheça, mas pela falta de coragem para aderir abertamente alternativas a esta pena [...] mantém-se como custoso e sofrido castigo, totalmente inócuo como agente de recuperação de valores e oportunidade aos condenados.

De acordo com Siqueira (2001, p. 63), “a prisão é sem dúvida, o mecanismo mais medieval para punir o ser humano por um delito [...] a pena de prisão traz consigo um conjunto de elementos de coerção, exercido tanto de forma psicológica como física [...]”.

As críticas dirigidas à privação de liberdade continuam, e sobre a ineficácia da pena Bitencourt (1993, p. 297) escreve:

[...] carecer de eficácia intimidativa diante do jovem entorpecido, retirar o réu de seu meio de vida, obrigando-o a abandonar seus familiares, e os estigmas que a passagem pela prisão deixam-no recluso. [...] a prisão não atende os objetivos fundamentais da sanção penal, que é reeducar o apenado e integrá-lo socialmente.

Muitos autores apontam criticamente o elevado índice de reincidência entre os egressos do sistema prisional, portanto a pena privativa de liberdade não demanda um trabalho educativo a ser realizado com o infrator como dela se esperava.

Esqueçam-se todos da inépcia da pena privativa de liberdade para controlar a criminalidade, comprovada cotidianamente, por tudo o que dela se conhece,

especialmente pela reincidência do egresso do sistema [...] (SÜSSEKIND, 2001, p. 13).

As circunstâncias atuais da realidade, somadas ao agravamento da violência, ao número de vagas absolutamente insuficiente, e a pena de prisão sendo a alternativa de punição mais aplicada, ensejam a superlotação permanente nos presídios, questão essa mencionada, e entendida por autores, como um problema que impossibilita a implementação de programas de caráter educativo e inibidor da prática de delitos entre os infratores.

No âmbito da discussão sobre o tema, emerge uma questão importante, preocupante e discutida por muitos autores, que é a violação e desrespeito aos direitos da população carcerária.

Ainda que estejam garantidos e abrigados de forma completa e abrangente, a violação dos direitos humanos, especialmente em relação à matéria execução penal, é constante, e apresenta-se das mais variadas formas, sendo apontadas por inúmeros relatórios de organismos nacionais e internacionais de defesa de tais direitos (TORRES, 2001).

Conforme descreve Torres (2001), o sistema prisional destaca-se como herdeiro da má tradição de violação aos direitos humanos sem consideração aos limites da lei.

O desrespeito aos direitos humanos de homens e mulheres presos no sistema prisional caracteriza-se, principalmente, pelas constantes violações de integridade física e moral, como espancamentos, maus-tratos, condições insalubres, castigos arbitrários e ausências de atendimento médico [...] (TORRES, 2001, p. 81).

Mais adiante a autora acrescenta que:

São também comuns as violações morais e de consciência, como: o cerceamento à informação, pela proibição do acesso a jornais e revistas, além da censura de correspondências; o “uso” da religião por determinadas confissões como forma de garantir um *status* diferenciado do restante da população carcerária e para obtenção de certos privilégios; o trato ofensivo e a arbitrariedade dos castigos; a falta de informação processual e as transferências compulsórias de estabelecimento sem causa suficiente, além da humilhação das visitas familiares (TORRES, 2001, p. 82, grifo da autora).

A esse respeito, Siqueira (2001, p. 63) lembra que, passar pelo aprisionamento representa um estigma para o indivíduo que cumpre a pena privativa de liberdade, visto que, “os efeitos da coerção exercida na vida do cidadão não param quando ele deixa a prisão [...], pois a sociedade se encarrega de lembrar, das mais variadas formas, que já esteve lá, e que, a qualquer momento pode retornar”.

Muitas são as críticas direcionadas à pena privativa de liberdade retratando a situação do sistema prisional brasileiro, que, por sua vez, apresenta graves problemas e sobrevive precariamente. Sendo assim “não se ignora mais que a prisão não ressocializa, nem regenera, mas, ao contrário, corrompe, embrutece, construindo na maioria das vezes o aumento da prática de crimes” (KRAINSKI, 2001, p. 1).

Portanto, a situação da gravidade dos índices de violência somada à realidade do sistema prisional brasileiro, apresentada através das críticas direcionadas à pena privativa de liberdade, nos faz entender que a ocorrência de mudanças nesse sentido é necessária e urgente, trazendo a possibilidade de grandes acertos. Porém, como aponta Krainski (2001) um complexo processo de prevenção e combate à criminalidade não deve ser levado a feito sem a participação da sociedade e de suas entidades, reconhecendo o cidadão infrator não como um marginal, mas como membro integrante capaz de comprometer-se com novas atitudes.

Contudo, ressalta-se a necessidade de construção, em curto prazo, de algumas penitenciárias, tendo em vista a amenização do problema da superlotação nos presídios e o amontoado de pessoas detidas nas delegacias. Porém, entendendo que essa não é a melhor solução para o problema, em médio e longo prazo, o que precisamos é modificar a legislação, de forma a permitir que todos os infratores que cometam crimes de menor gravidade possam responder à suas infrações de maneira mais humana e educativa, possibilitando o resgate de valores e papéis sociais.

Enfim, nos termos de Bitencourt (1993, p. 298), “é indispensável que se encontre novas penas compatíveis com os novos tempos”. A problematização da questão, tendo em vista esse cenário que se apresenta, suscitou a busca de formas substitutivas de “punir”, sobretudo sobre os delitos de menor potencial ofensivo⁹, e apresenta uma proposta humana e preventiva da prática de infrações, voltada para uma perspectiva educativa.

1.4.2 Das penas alternativas

É razoável concluir que nossa legislação penal padece de profunda irracionalidade ao impor ao infrator punições absolutamente desproporcionais ao delito cometido. Essa situação

⁹ Nos termos do art. 61, consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei 9.099/95, as contravenções penais e crimes que a lei comine pena máxima não superior a um ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimentos especiais.

tende a se modificar com o surgimento das penas alternativas, uma política que vem sendo adotada em diversos países, incluindo o Brasil, com o objetivo de recorrer menos ao encarceramento, ficando esta pena privativa de liberdade reservada aos crimes graves (UCHÔA, 2001).

Sendo necessário e indispensável que se buscassem substitutivos penais para a pena privativa de liberdade, iniciou-se um movimento no meio jurídico para isso. De acordo com Bitencourt (1993, p. 298), “as inquietações não se limitaram às penas curtas de prisão, foram o início da busca de modernas formas alternativas de sanções penais”.

Nessa busca por novos substitutivos penais, disseminou-se a proposta de substituição da pena privativa de liberdade, na tentativa de encontrar alternativas que permitam, pelo menos, evitar o encarceramento de infratores, a não ser nos casos indispensáveis à sua utilização, tendo em vista as infrações de maior potencial ofensivo.

Nesse sentido, conforme Batochio (1996, p: 448),

o eixo desse novo sistema, se apóia na reserva da pena privativa de liberdade nos casos de inexorável necessidade, tendo em conta o grau de inadaptação social do infrator, a extrema gravidade do delito e outras circunstâncias que demonstrem a inevitabilidade dessa inflição.

Segundo Bitencourt (1993), uma das primeiras penas alternativas surge na Rússia, em 1926, com a Prestação de Serviço à Comunidade prevista na legislação soviética. Seguindo o pioneirismo Russo, as penas alternativas encontram, atualmente, abrigo em legislações de vários outros países.

Em dezembro de 1948, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com o propósito de reconhecer a dignidade inerente a todos os membros da humanidade, que é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

A partir de então, mais precisamente, desde 1955, a Organização das Nações Unidas já demonstrava sua preocupação com a tendência de humanização do sistema prisional, através da aprovação de Regras Mínimas para o tratamento de presos, por ocasião do 1º Congresso¹⁰ (COLMÁN, 2005).

Conforme lembra Colmán (2005), após discussões realizadas no referido evento, o 8º Congresso Geral da ONU passou a recomendar oficialmente a adoção de formas de penas não restritivas de liberdade. Porém, foi somente em 14 de dezembro de 1990, que a Assembléia

¹⁰ Este Congresso foi realizado em Gênova, na Itália, e teve como tema central a prevenção do crime o tratamento de presos.

Geral da ONU aprovou a Resolução 45/110 e estabeleceu as Regras Mínimas das Nações Unidas para a elaboração de medidas não privativas de liberdade, também conhecidas por Regras de Tóquio, cidade que acolheu o evento.

O Brasil, anterior a essa Convenção, se propôs, por meio do sistema de Justiça, aplicar quando possível penas não privativas de liberdade. Nesse sentido, desde 1984, com as leis nº. 7.209 e 7.219 e, conseqüentemente, instituindo a Lei de Execuções Penais – LEP nº. 7.210¹¹, vem procurando atender as recomendações da ONU, no tocante as Regras Mínimas de Tóquio para a elaboração de medidas não privativas de liberdade.

Após essa reforma do Código Penal brasileiro, além da pena privativa de liberdade, as penas restritivas de direitos e a pena de multa, passaram a fazer parte das legislações.

Conforme art. 32 do Código Penal, as penas são:

- I - privativas de liberdade;
- II - restritivas de direitos;
- III - penas de multa (BRASIL, 2002).

As modalidades de penas dispostas no ordenamento jurídico de 1984 ainda permanecem, porém, em 25 de novembro de 1998, surgiu a Lei Federal nº. 9.714, alterando os dispositivos do Código Penal brasileiro. A referida Lei ampliou consideravelmente as penas alternativas, em especial as chamadas restritivas de direitos e modificou os requisitos de substituição de tais penas.

Ainda nesta área, um outro instituto legal importante é Lei nº. 9.099 de 26 de setembro de 1995, que institui os Juizados Especiais Criminais¹², possibilitando a utilização de instrumentos como a transação penal¹³ e a suspensão condicional de processos¹⁴ para os casos de infrações com menor potencial ofensivo. Nesta Lei, também estão previstos mecanismos penais de substituição como a Prestação de Serviço à Comunidade.

¹¹ A LEP veio alterar parte Geral do Código Penal, e produziu importantes modificações no ordenamento jurídico penal brasileiro. Foi criada, estabelecendo normas, procedimentos e regras de direitos e deveres dos infratores.

¹² Os Juizados Especiais Criminais, assim como os Juizados Especiais Cíveis, foram criados para atender de forma rápida e simples, problemas cujas soluções podem ser buscadas por qualquer cidadão. Os Juizados Especiais Criminais são órgãos do Poder Judiciário que julgam todas as contravenções penais e crimes de menor potencial ofensivo, ou seja, de baixa gravidade, segundo o entendimento do legislador (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIAS).

¹³ A transação penal prevista no art. 76 da Lei 9.099/95 é cabível para todas as infrações de menor potencial ofensivo. O Ministério Público na presença do autor do fato e vítima e, se possível responsável civil, acompanhados por seus advogados, poderá propor a imediata pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta (BRASIL, 2002).

¹⁴ De acordo com o art. 89 da Lei 9.099/95, “nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a 1 (um) ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime”.

Com a Lei nº. 9.714/98, mudanças foram introduzidas no âmbito das penas alternativas, trazendo novidades no campo das penas restritivas de direito. Tais modalidades estão assim dispostas no Código Penal, conforme o seu artigo 43:

I - prestação pecuniária;

II - perda de bens e valores;

III - (vetado)

IV - prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas;

V - interdição temporária de direitos;

VI - limitação de fim de semana (BRASIL, 2002).

As penas restritivas de direitos, ditas alternativas, “são autônomas e substituem a pena privativa de liberdade”, conforme aponta o artigo 44 do CP, em sua nova redação ditada pela Lei nº. 9.714/98, respeitando seus requisitos expressos nos incisos que o compõe.

Atualmente, com a chegada da nova lei, a Parte Geral do Código Penal brasileiro - Título V – Das penas -, apresenta as penas alternativas, que são as seguintes:

- ❖ Prestação pecuniária (art. 43, I) – consiste no pagamento à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) nem superior a 360 salários mínimos.

- ❖ Perda de bens e valores pertencentes ao condenado em favor do Fundo Penitenciário Nacional (art. 43, II). Deve ser considerado para a estipulação do montante o prejuízo causado pela infração penal ou o proveito obtido por ele ou terceiro.

- ❖ Prestação de serviço à comunidade ou à entidades públicas (art. 43, IV, e art. 46) – consiste na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado (art. 46, § 1º) em entidades assistenciais, escolas, hospitais ou em outra instituição com essas finalidades.

- ❖ Proibição de exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo (art. 47, I).

- ❖ Proibição de exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação oficial, de licença ou autorização do Poder Público (art. 47, II).

- ❖ Suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo (art. 47, III).

- ❖ Proibição de freqüentar determinados lugares (art. 47, IV).

- ❖ Limitação de fim de semana ou “prisão descontínua” (art. 43, VI e art. 48).

- ❖ Multa (art. 49, e seus §).

- ❖ Prestação inominada (art. 45, § 2º) – havendo aceitação do condenado, o juiz poderá substituir a prestação pecuniária em favor da vítima por qualquer prestação de outra natureza (BRASIL, 2002).

Tais espécies de penas, aqui expostas, conforme já mencionado, funcionam como substitutivos à privação de liberdade e como medidas destinadas à infrações de menor potencial ofensivo, porém ressalta-se que a modalidade de pena alternativa a ser aplicada depende da apreciação de elementos objetivos e pessoais do cidadão infrator, bem como da segurança de sua efetiva execução.

Como é possível perceber, importantes alterações na Parte Geral do Código Penal ampliam a possibilidade de aplicação e acrescentam novas modalidades de sanções penais alternativas à pena privativa de liberdade. Portanto, “abre-se um amplo leque de substitutivos para o encarceramento, apontando para a desprisonalização, uma tendência universal e consolidada dos sistemas penais” (BATOCHIO, 1996, p. 450).

Assim, as penas alternativas são aplicáveis às infrações penais e crimes, tais como: pequenos furtos, apropriação indébita, acidente de trânsito, sonegação ou destruição de correspondência, desacato à autoridade, uso de entorpecentes, lesões corporais leves, constrangimentos, crimes contra a honra e outras infrações de menor gravidade, tipificados no Código Penal ou em leis extravagantes, cuja pena máxima cominada não seja superior a (1) um ano¹⁵ (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS, 2006).

Portanto, contrastando a tendência mundial às modalidades de penas segregadoras, se apresenta hoje, na grande maioria dos países ocidentais, uma preocupação por criar novas modalidades de penas, que substituam a privação de liberdade por medidas que privilegiem o caráter educativo das penas, para que sejam mais humanas e envolvam toda a sociedade na prevenção da prática de infrações penais.

Falando sobre essa tendência mundial em adotar novas modalidades de penas, Amaral (1992, p: 281) coloca que:

[...] em consonância com a orientação internacional, que há muito vem reconhecendo a falência do sistema prisional, afiguram-se salutareis todas as medidas tendentes a deslocar a estrutura pena para além das sanções reclusivas e detentivas [...].

Nessa direção, inúmeras experiências de aplicação de penas alternativas vêm acontecendo isoladamente pelo mundo, inclusive no Brasil, em especial com as restritivas de direito, notadamente a Prestação de Serviço à Comunidade, ainda que a adoção dessas penas venha acontecendo de maneira tímida.

¹⁵ Id. nota 10.

Conforme Colmán (2005) tais experiências vêm sendo colocadas em prática por algumas instituições como: Universidades, através de programas experimentais de extensão e/ou pesquisas; o Poder Judiciário nas comarcas; a partir de iniciativas isoladas do Ministério Público; órgãos ligados às Secretarias Estaduais de Justiça, Secretarias Estaduais de Segurança Pública, ou Secretarias Municipais de Infância e Ação Social (especificamente nos casos de aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente) e, até mesmo, por Organizações Não Governamentais – ONG's ligadas à defesa dos direitos humanos.

Iniciativas como estas vêm ganhando notoriedade, especialmente para aqueles que acreditam que as penas alternativas, se devidamente acompanhadas pelos órgãos responsáveis em colaboração com a sociedade, podem vir a se tornar um importante meio de prevenir a prática de delitos e alcançar os reais objetivos de socialização das pessoas que os cometem.

Conforme foi mencionado em páginas anteriores, as penas alternativas surgem no âmbito do Poder Judiciário, também, como campo de trabalho do Serviço Social, que por sua vez, baseia-se em algumas premissas ao inserir-se nesse contexto.

1.5 O Serviço Social no contexto das penas alternativas

O profissional de Serviço Social dispõe de um projeto profissional, elaborado coletivamente pela categoria, por intermédio de suas entidades a partir de sua inserção na realidade e de suas respostas aos desafios cotidianos colocados à profissão.

Sobre os projetos profissionais Netto (1999 apud Barroco, 2001, p. 65) coloca que estes,

[...] apresentam a auto-imagem da profissão, elegem valores que legitimam socialmente e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com organizações e instituições sociais, privadas, públicas, entre estas, também destacadamente com o Estado ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais (grifo do autor).

Nesse entendimento, um projeto profissional implica determinadas condições. De acordo com Barroco (2001, p. 65), “deve atender as necessidades sociais, realizadas de

determinadas formas, e produzir um resultado objetivo, com implicações sociais e desdobramentos éticos e políticos [...]”.

Nesse sentido, os projetos profissionais estabelecem mediações com os projetos societários, na medida em que possuem estratégias definidas em relação ao atendimento das necessidades sociais com direções ético-políticas. Os projetos societários são entendidos por Netto (1999 apud Barroco, 2001, p. 66) como coletivos, “porém apresentam um traço peculiar, que reside no fato de se constituírem projetos macroscópicos em projetos para o conjunto da sociedade”.

O atual projeto profissional do Serviço Social permite visibilidade pública perante a sociedade, tendo como diretriz norteadora o Código de Ética Profissional de 1993, produto de um marco histórico importante na trajetória da profissão no Brasil; fruto de uma construção coletiva expressa o pensamento político hegemônico dos assistentes sociais (TORRES, 2001).

De acordo com Torres (2001, p. 89-90),

o Código de Ética possui uma dimensão ampla que ultrapassa o caráter normatizador, é um instrumento importante de defesa dos direitos e deveres do profissional, orientando-o quanto aos princípios fundamentais éticos e políticos em que devem basear-se suas ações de acordo com as demandas sociais colocadas à profissão. Possibilita a consolidação de uma diretriz para o Serviço Social brasileiro contemporâneo, na perspectiva de construir um projeto profissional comprometido primordialmente com os usuários dos serviços sociais a partir de valores éticos e políticos baseados nos princípios da liberdade, justiça social, democracia e cidadania, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Segundo Iamamoto (2001, p. 77), “o desafio que o profissional vive no presente é a materialização dos princípios éticos, na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados do processo social [...]”.

Os princípios conquistados pelo atual Código de Ética, conforme aponta Torres (2001, p. 90) “exigem uma renovação do perfil profissional, que ultrapasse o caráter executivo e técnico da prática para exercê-la de forma competente teoricamente e politicamente”.

Ainda, conforme Iamamoto (2001), para a apreensão e realização concreta desses princípios e valores do projeto ético-político, exige-se a compreensão do cotidiano profissional e suas contradições e conflitos institucionais, de forma a perceber mediações e estratégias que possam contribuir para um maior compromisso ético-político profissional.

Nesse caminho, Silveira (2003, p. 5), nos diz que,

a dimensão ética de nosso projeto ético-político nos convoca para a reflexão sobre os valores, materializados no Código de Ética de 93, que orientam as nossas ações e devem se plasmar nos espaços sócio-institucionais; a dimensão política possibilita a construção de estratégias necessárias para a construção de mediações entre as dimensões macro-societária, sócio-institucional e sócio-ocupacional nas direções de ações emancipatórias, acionadas pelas legislações[...].

O Serviço Social, por ser uma profissão muito próxima do cotidiano e da realidade da população usuária de seus serviços, oportuniza uma intervenção que se baseia não só na prestação de atendimento imediato, mas no investimento profissional com esse usuário, na direção desses valores.

Portanto, o profissional de Serviço Social, como lembra Iamamoto, (2001, p. 20),

[...] vive no presente o desafio de desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar os direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo.

E, vinculado ao projeto ético-político da profissão, possui o compromisso de participar da luta pela defesa ética dos direitos humanos e, em parceria com a sociedade, colaborar com a formulação de novas propostas e transformações para o sistema punitivo do país (TORRES, 2001).

É no contexto de um sistema penitenciário caótico e profundamente aviltante a qualquer direito humano que o Serviço Social construiu e constrói seu processo de trabalho, colocando todo seu instrumental técnico a serviço de uma finalidade e direcionamento que se fundamenta radicalmente na defesa dos direitos humanos e na justiça social [...] (STUMPF, 2002, p. 150).

Nesse entendimento, o Serviço Social, como profissão inserida no espaço institucional do judiciário, vive o desafio e, também, a possibilidade de buscar a implementação de propostas que ajudem na construção dos sujeitos sociais, pois, através de sua participação em políticas públicas democráticas e universais, tem a capacidade de apresentar alternativas concretas e eficientes no enfrentamento da violência.

Assim, a profissão é apreendida como defensora intransigente dos direitos humanos e recusa a todas as formas de autoritarismo e arbítrio, conforme expõe o segundo princípio firmado no Código de Ética Profissional, sinalizando que os assistentes sociais devem ter uma postura assentada na cultura humanística e democrática.

Como foi possível observar, por meio da análise de muitos autores, a privação de liberdade apresenta ser um mecanismo ineficaz de se prevenir a prática de infrações penais, desumano, que não ressocializa e, tampouco demanda ações de caráter educativo junto à pessoa que comete tais atos. Por conta dessa realidade, nasce as penas alternativas, como forma de se pensar soluções para além de sanções detentivas, trazendo um novo olhar referente ao âmbito da pena.

Segundo Colmán (2005), embora as penas alternativas estejam previstas em lei desde 1984, só a partir do final da década de 1980, início da década de 1990, tem-se observado experiências de criação de sistemas de acompanhamento a essas penas no Brasil. Nesse contexto, o trabalho do Serviço Social, na área jurídica, passa a contribuir com a política de execuções penais, especialmente no que se refere às penas restritivas de direitos, ditas alternativas.

A implantação e acompanhamento das penas alternativas envolvem profissionais de diversas áreas, o assistente social, sendo um destes profissionais, desenvolve seu trabalho na direção de tornar efetiva a operacionalização das penas e medidas alternativas, de maneira que alcancem seu potencial preventivo e educativo. Assim sendo, tais sistemas vêm conquistando cada vez mais defensores, uma vez que seus resultados e metodologias de ação passam a ser de conhecimento da sociedade.

Para Kuehne (2005) ¹⁶, a defesa às penas alternativas se dá pelos seguintes motivos:

Aplicam-se ao autor que não é segregado, separado da família ou do trabalho; abrem à vítima a perspectiva da reparação dos danos ou outros tipos de prestações; proporciona mais segurança a sociedade, pois exigem menos custos; previnem delito e reduzem a taxa de reincidência; impedem que uma pessoa primária que cometeu um crime de pequeno potencial ofensivo seja encaminhada ao sistema penitenciário para o convívio com autores de crimes graves; não rompem o vínculo familiar, comunitário e social aumentando muito as chances de reintegração social; propiciam aos cumpridores a possibilidade de pagar pelo delito sem deixar de trabalhar e sustentar sua família; não resolvem a situação do sistema penitenciário, mas atenuam a sua superpopulação.

Tratando dos aspectos favoráveis das penas alternativas, Batochio (1996, p. 451) aponta que, “os substitutos à privação de liberdade de curta duração consubstanciam fator de humanização do sistema de penas e ensejam a efetiva reinserção do condenado, representando marco de positiva evolução da ciência penal”.

¹⁶ Maurício Kuehne, Diretor do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN.

Nesse contexto, muitos autores e implementadores da política de penas alternativas, inclusive os profissionais de Serviço Social, se posicionam de maneira favorável à sua aplicação, em especial à Prestação de Serviço à Comunidade, uma de suas modalidades.

O trabalho do Serviço Social junto a essa modalidade de pena/medida alternativa no espaço do Poder Judiciário, especificamente no Fórum do Norte da Ilha, será o tema do próximo capítulo, quando será destacada a sua implementação e o processo de intervenção do assistente social na sua operacionalização.

2 O SERVIÇO SOCIAL E A MEDIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE NO FÓRUM DO NORTE DA ILHA

2.1 O Serviço Social no espaço institucional

O Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina tem como missão “humanizar a Justiça, assegurando que todos lhe tenham acesso, garantindo a efetivação dos direitos e da cidadania, com a eficiência na prestação jurisdicional”. Para tanto, utiliza-se de estratégias e políticas de ação visando um objetivo geral, qual seja: “caracterizar-se como um Judiciário mais eficiente, reconhecido e respeitado pela sociedade”. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA, 2005).

Tal pressuposto nos remete ao entendimento de que o Judiciário se propõe a exercer suas funções, direcionando suas ações rumo aos interesses coletivos, numa perspectiva societária, aquém dos interesses individuais. Possivelmente, esse direcionamento está ancorado às exigências que surgem acompanhadas das transformações da realidade contemporânea. Tais exigências requerem novas propostas e formas de agir, na busca de soluções mais ágeis e efetivas, especialmente eficientes quanto à promoção e garantia dos direitos de toda a população.

Conforme tendência nacional, a inserção dos profissionais de Serviço Social junto ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, teve seu início nas “questões de menores”, e remonta ao ano de 1972, com a criação de dois cargos de assistente social na Comarca da Capital, com a finalidade de assessorar juízes da então Vara de Menores (PIZZOL; SILVA, 2001b).

O importante trabalho de assessoramento às decisões judiciais, desenvolvido pelos assistentes sociais, trouxe reconhecimento, fez com que as atribuições do cargo fossem se ampliando, e conseqüentemente, novos espaços foram conquistados, como a inserção do profissional na área da família em 1981, através da criação de um cargo na Vara da Família, da Comarca da Capital (PIZZOL; SILVA, 2001b).

A ampliação do campo de trabalho do assistente social, segundo Pizzol e Silva (2001b, p. 21),

[...] demonstra o reconhecimento das habilidades do assistente social, que passam, também, a serem utilizadas no trato de questões de maior complexidade, no direito da família, da infância e da juventude e nas questões de execução penal [...]; sua capacidade de intervir em conflitos através de mediações, conciliações, orientações e encaminhamentos, e de aproximar a generalidade do direito legal à especificidade de cada situação em particular [...].

Dessa forma, o Serviço Social ao longo do tempo foi se desenvolvendo e responsabilizando-se por outras atividades, “compromete-se ainda com a articulação de recursos e programas que contribuem para a solução de questões mais amplas” (PIZZOL; SILVA, 2001b, p. 21).

Portanto, para Pizzol e Silva (2001b, p.21) o Serviço Social no espaço do Poder Judiciário, vem se legitimando “como trabalho especializado e não pela tentativa de abarcar uma infinidade de atividades imediatistas, ou de suprir as deficiências de outros setores sociais”. Tudo isso, porque assumiu uma nova postura profissional, criativa, informada, comprometida com a autopromoção de seus usuários e com o desenvolvimento de novas ações.

Assim, como qualquer outro profissional vinculado a uma organização, o assistente social do Judiciário Catarinense tem suas atribuições definidas no Código de Divisão e Organização Judiciária¹⁷. Tais atribuições foram revistas no sentido de adequá-las à realidade atual, especialmente no que se refere à terminologia e demandas institucionais, muito embora não tenham sido incorporadas às alterações ao referido Código, até o presente momento, conforme apontam Pizzol e Silva (2001b)¹⁸.

É no espaço dos Fóruns de Justiça, nas comarcas¹⁹ do Estado, que os assistentes sociais exercem suas atribuições. As comarcas, juntamente com os distritos, sub-distritos, municípios e comarcas integradas, formam uma só circunscrição para os atos da competência do Tribunal de Justiça²⁰.

De acordo com Machado (2004, p. 20),

¹⁷ Lei nº. 5.624 de 09 de novembro de 1979, art. 173.

¹⁸ Principais atribuições dos assistentes sociais da Justiça de Primeiro Grau do Poder Judiciário de Santa Catarina, ver Pizzol e Silva (2001b, p. 22) – Anexo A.

¹⁹ As comarcas são unidades administrativas responsáveis pela operacionalização do Poder Judiciário em nível micro (SANTA CATARINA, 2002).

²⁰ De acordo com o art. 25 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado de Santa Catarina, “O Tribunal de Justiça é órgão supremo do Poder Judiciário do Estado, tendo por sede a Capital e jurisdição em todo território estadual”. A instalação do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina deu-se em 1º de outubro de 1891, na casa da Câmara, e hoje se localiza na Rua Álvaro Millen da Silva, nº. 208, Florianópolis, Santa Catarina.

o Tribunal de Justiça se configura na legislação como órgão de cúpula do Poder Judiciário, a quem compete no campo jurisdicional, precipuamente o exercício da jurisdição de segundo grau, cabendo-lhe o exame das causas decididas em primeira instância [...].

O Estado de Santa Catarina possui atualmente 110 comarcas instaladas, divididas em 40 circunscrições. Cada comarca²¹ reúne a estrutura necessária para atender a sociedade com suas demandas sócio-jurídicas. Dentre as comarcas do Estado, está a Comarca da Capital, formada pelo Fórum Distrital do Continente, Fórum da Capital e Fórum do Norte da Ilha.

O Fórum²² do Norte da Ilha como instituição de caráter público e representação física do Poder Judiciário é mantido, financeira e administrativamente, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Sua inauguração aconteceu em 30 de julho de 1993, através de uma parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, sendo que seus serviços se iniciaram em instalações localizadas dentro da própria Universidade (DAL-BÓ; GUAREZI; MENDES, 2004).

O Fórum do Norte da Ilha²³ possui uma única Vara²⁴, que abrange o Cartório Cível e de Família e os Juizados Especiais, Cível e Criminal. Por se tratar de Vara Única, as causas levadas a Juízo são submetidas à apreciação de um único juiz, não importando a natureza do processo, seja criminal, cível ou de família.

O Foro²⁵ que atende a população residente nas comunidades localizadas na região norte da Ilha de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, foi criado através da Lei Complementar nº. 181, de 21 de setembro de 1999. Possui competência para distribuir, processar e julgar as causas de família, cíveis e criminais de menor complexidade, bem como as da Vara de Sucessões e de Registros Públicos (DAL-BÓ; GUAREZI; MENDES, 2004).

Logo, para exercer tal responsabilidade, a parceria existente entre o Fórum e a Universidade Federal de Santa Catarina permite que as causas de família e cíveis sejam aforadas pelo Escritório Modelo de Assistência Jurídica – EMAJ, que se trata de órgão assistido por equipes de profissionais do Direito.

A inserção do Serviço Social neste espaço institucional aconteceu em fevereiro do ano de 2003, inicialmente com a finalidade de assessorar os juizes de Direito, notadamente,

²¹ A comarca constituir-se-á de um ou mais municípios, recebendo denominação daquele que lhe servir de sede.

²² Fórum é o edifício ou conjunto de edifícios onde se concentram todos, ou quase todos os serviços judiciários.

²³ Hoje tem sede própria localizada na Avenida Desembargador Vitor Lima, nº 183, bairro Serrinha, integrado à Universidade Federal de Santa Catarina.

²⁴ Temporariamente encontra-se instalada no Fórum a Vara de Sucessões e de Registros Públicos por questões de espaço físico não disponível no Fórum da Capital.

²⁵ Foro é o território dentro de cujos limites o juiz exerce a sua jurisdicional.

nas questões familiares presentes em processos judiciais. Após três anos de instalação, o Setor de Serviço Social conta hoje com a atuação de duas profissionais²⁶.

As ações profissionais desenvolvidas pelo Serviço Social no Fórum do Norte da Ilha, guiam-se, além das legislações específicas de cada área de atuação, que compõem seu campo de trabalho e, atribuições dos assistentes sociais do Judiciário Catarinense, pela Lei 8662/93 que regulamenta o exercício profissional, dispondo de suas competências e atribuições privativas.

A Lei 8662/93 traz como competência do assistente social, de acordo com o seu artigo 4º, inciso XI, “realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto à órgãos da administração pública direta e indireta, empresas, privadas e outras instituições”. E mais adiante, ao tratar das atribuições privativas do assistente social, coloca em seu inciso IV “realizar vistorias, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social”.

Estando sua atuação em consonância com a referida Lei, junto ao Cartório Cível e de Família e, à Vara de Sucessões e de Registros Públicos, uma das atribuições desempenhadas pelo assistente social é realizar estudos sociais sobre situações conflituosas no âmbito de litígios legais, atendendo às determinações judiciais e contribuindo para a informação dos processos.

É por meio do **estudo social** que o profissional de Serviço Social manifesta sua atitude investigativa e o seu trabalho frente à situação de uma realidade específica, onde o parecer técnico realizado tem por objetivo colaborar nas decisões da autoridade judiciária. Ao mesmo tempo, intervêm diretamente com os sujeitos que integram o processo judicial, analisando e entendendo as relações que estes mantêm entre si e com o meio social onde estão inseridos, considerando a importância da compreensão das relações entre indivíduos e/ou grupo de indivíduos e sociedade.

[...] É o assistente social o profissional que adquiriu competência para dar visibilidade, por meio desse estudo, às dinâmicas dos processos sociais que constituem o viver dos sujeitos; é o assistente social que pode trazer à tona a dimensão de totalidade do sujeito social (ou sujeitos) que, juridicamente torna “objeto” da ação judicial (FÁVERO, 2003, p. 41, grifos da autora).

Para Pizzol (2003), acredita-se que o estudo social, instrumento largamente utilizados pelos assistentes sociais no campo Judiciário, será sempre uma forma valiosa pela

²⁶ À disposição.

qual o profissional de Serviço Social irá demonstrar o seu trabalho diante de uma situação específica, vivida por sujeitos sociais sobre a qual é chamado a opinar.

Fávero (2003, p. 42-43), ao definir estudo social, escreve que este,

[...] é um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade e, de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social - objeto de intervenção profissional - especialmente nos seus aspectos sócio-econômicos e culturais. Tem sido utilizado nas mais diversas áreas da intervenção do Serviço Social, sendo o instrumento fundamental de trabalho do assistente social que atua no sistema Judiciário [...].

Para a realização do estudo social, de acordo com Pizzol (2003, p. 55), “criou-se um aparato de técnicas e formas que devidamente articulados com métodos específicos, aplicados no caso concreto, proporcionam respostas às necessidades da atuação profissional”.

Assim, como aponta Pizzol (2003), os instrumentos utilizados pelo assistente social na realização do estudo social, sendo eles teórico-metodológicos e técnico-operativos, são fundamentais para levantar dados que contribuam para a intervenção profissional, bem como para o conhecimento da realidade sócio-econômica dos sujeitos envolvidos na situação, com a qual se trabalha. Por fim, e não menos importante, possibilitam observar o ambiente familiar, o cotidiano, os relacionamentos e a rede social em que os sujeitos estão inseridos.

A utilização adequada e responsável desses instrumentais, somada à capacidade investigativa – condição fundamental para a relação teórico-prática – e ética profissional, possibilita, ainda, ao assistente social qualificar e direcionar suas ações, tendo a consciência de que está atuando nas decisões que destinam a vida dos usuários desses serviços. Para tanto, importante é o reconhecimento da autonomia legitimada no Código de Ética Profissional, o que exige condições de trabalho que assegure ao assistente social o sigilo profissional.

A sociedade contemporânea, assim como lembra Ávila (2001), vem passando por profundas modificações sócio-econômicas, culturais e, também, familiares, exigindo, dessa forma, métodos alternativos, ágeis e menos burocráticos para a resolução dos conflitos.

Os conflitos familiares, de maneira geral, traduzem num desgaste para a família que a vivencia, requerendo a elaboração de novos planos para os sujeitos envolvidos na situação. Esses acontecimentos vêm precedidos de algumas divergências e discussões ligadas a fatores de diversas ordens, seja econômica, emocional, social, dentre outras. Muitas vezes somente a resposta judicial não é suficiente para o atendimento de todas essas questões.

Considerando essas exigências, a **mediação familiar**, como Projeto do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, surge nas comarcas do Estado, e vem integrar a intervenção profissional do assistente social no Fórum do Norte da Ilha, tendo por objetivo a resolução dos conflitos de forma cooperativa e com respeito mútuo, buscando encontrar alternativas para os desentendimentos existentes, sem as formalidades de um processo judicial.

Na referida instituição, a intervenção profissional - mediação familiar-, acontece tanto nos processos judiciais, quanto junto às demandas advindas do plantão social. Em qualquer uma dessas duas realidades, esse tipo de intervenção geralmente é utilizado como forma de resolução de conflitos relacionados à separação conjugal, guarda de filhos, regulamentação de visitas, ofertas de alimentos, dentre outras.

A mediação familiar consiste numa intervenção que, fundamentalmente, exige a participação das pessoas envolvidas na situação, pois estas são as maiores interessadas na resolução dos conflitos vivenciados, que, através do auxílio de uma terceira pessoa, neste caso o profissional de Serviço Social, buscam encontrar o que objetivam da melhor maneira possível. (ÁVILA, 2001).

Nessa direção, Grunspun (2000, p. 13), ao falar sobre o tema coloca:

A mediação familiar é um processo pelo qual uma terceira pessoa, neutra, o mediador, facilita a resolução de uma controvérsia ou disputa entre duas partes. É um processo informal, sem litígio, que tem por objetivo ajudar as partes em controvérsia ou disputa a alcançar aceitação mútua e concordância voluntária. Na mediação, as tomadas de decisão ficam inteiramente com as partes. O mediador age como facilitador, orientando as partes na identificação dos temas, engajando as partes na solução de acordos alternativos. [...] A mediação é um dos métodos usados para resolver controvérsias legais em negócios, em questões governamentais, em problemas ambientais, confrontos comunitários e em disputas na família.

Tal colocação nos remete ao entendimento de que a mediação é uma prática utilizada para a resolução de conflitos das mais variadas ordens, porém, de acordo com Grunspun (2000), o seu uso mais difundido é no trato de questões familiares, especialmente nos casos de divórcio e na custódia e guarda dos filhos.

Diante do exposto, é possível concluir que a mediação familiar se configura como método alternativo de resolução dos conflitos, que enfatiza a cooperação e não a competição entre os sujeitos envolvidos na situação. Assim sendo, “[...] tem por meta estabelecer um acordo durável, levando em consideração as necessidades de todos os membros da família” (ÁVILA, 2001, p. 138).

E o assistente social, intervindo junto às questões familiares em situações que permitem a utilização da mediação familiar, tem muito a contribuir, atuando como profissional comprometido com a garantia de acesso a uma justiça menos burocrática, mais ágil e democrática e abrindo possibilidades para o acesso das famílias aos seus direitos.

No seu cotidiano profissional, o assistente social atua, também, no **plantão social**, prestando atendimento sócio-jurídico à população que vem em busca de respostas aos seus conflitos, estes, de toda ordem. A diversidade de demandas, cada qual com suas especificidades, caracterizam esse trabalho que se notabilizou por sua qualidade interventiva. No plantão social são atendidas pessoas que comparecem ao Setor de Serviço Social, movidas por alguma dificuldade, seja pessoal, familiar, social ou até mesmo para denunciar situações que requeiram providências urgentes no âmbito da justiça.

Profissional da escuta, o assistente social, no plantão social, considera as necessidades dos usuários - se materiais, emocionais ou jurídicas - e organiza os encaminhamentos (providências) que cada caso requer, interagindo com a rede de apoio; colabora na difusão dos direitos, possibilita a ampliação do espaço de lutas por essas garantias, compromete-se e viabiliza condições para o exercício de cidadania e difunde o sentido do direito e do dever àqueles que buscam respostas às suas dificuldades.

De acordo com Fuziwara (2001, p. 3),

[...] o plantão é um momento privilegiado em que diversas situações emergem, sendo que muitas pessoas comparecem trazendo questões não relativas ao Judiciário, por falta de informação ou mesmo por não haver equipamento social que atenda sua queixa.

As pessoas, na busca do conhecimento acerca de seus direitos, demonstram ter peregrinado por várias instituições, e quando chegam ao plantão social trazem consigo alto grau de expectativa em alcançar a solução de seus problemas e conflitos vivenciados. Desse modo, é fundamental que, durante o atendimento, essas pessoas recebam atenção especial sobre a situação, informações corretas por parte do profissional e os encaminhamentos necessários (SILVA, 2001).

De acordo com Silva (2001), faz-se necessário ressaltar que, no momento do atendimento, é importante que as pessoas se sintam compreendidas e seguras em compartilhar suas dúvidas e questionamentos com o profissional, o qual, por sua vez, deve demonstrar disposição em ajudá-las a encontrar a melhor solução e encaminhamento para suas dificuldades.

A intervenção profissional, no momento do plantão social, requer, ainda, o conhecimento da realidade social, das políticas sociais, dos recursos institucionais, dos serviços comunitários, bem como seu funcionamento, ou seja, das redes de apoio. Tudo isto é fundamental para que o atendimento se torne integral (SILVA, 2001).

Estabelecer contatos com as redes de apoio existentes no espaço do Fórum, bem como fora deste, faz parte do exercício profissional do assistente social. A intervenção com redes, de acordo com Lima (2004), implica no acionamento das redes primárias e secundárias dos usuários, ampliando-se em estratégias de intervenção.

No momento do plantão social cabe ao profissional, como ressalta Chuairi (2001 apud Ávila, 2001, p. 137), “a reflexão e a análise da realidade social dessa população, possibilitando o desenvolvimento de ações que ampliem o alcance dos direitos humanos e a eficácia da ordem jurídica em nossa sociedade [...]”.

O atendimento prestado no plantão social, conforme aponta Lima (2004), não deve e nem pode se esgotar no repasse de informações acerca dos serviços e direitos, devendo transcender para um amplo processo de reflexão com os sujeitos, permitindo que estes se percebam co-participes do processo de materialização dos direitos.

Portanto, a intervenção do assistente social realizada no plantão social assume grande importância, ao contribuir para a garantia dos direitos e exercício da cidadania, possibilitando às pessoas, que vem à procura deste serviço, o acesso à justiça de maneira efetiva.

Tratando-se do campo de trabalho do assistente social no Fórum do Norte da Ilha, a área criminal vem integrar a intervenção profissional por meio das penas alternativas, mais precisamente, da Medida de Prestação de Serviço à Comunidade, modalidade de pena alternativa, dita restritiva de direito, conforme dispõe o Código Penal brasileiro.

A inserção do Serviço Social nessa área específica, acontece no momento da implantação do **Programa de Prestação de Serviço à Comunidade** no Fórum do Norte da Ilha, que tem por principal finalidade a operacionalização de tal Medida.

2.2 O Programa de Prestação de Serviço à Comunidade

No contexto marcado pelo surgimento e modificações legais no âmbito das penas alternativas, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária incentivou a criação da Central Nacional de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas.

Conforme Alvarenga et al, (2004), o Ministério da Justiça, atendendo a essa necessidade, institui no ano de 2000 a implantação de tal Central, com o objetivo de realizar ações de incremento da aplicação das penas alternativas em âmbito nacional. Convênios foram firmados com Tribunais de Justiça e Secretarias dos Estados, para estabelecimento das Centrais de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas.

O desenvolvimento desses serviços no Estado de Santa Catarina, expandiu-se com o Provimento nº. 10/92 da Corregedoria da Justiça do Estado²⁷, que, por sua vez, em conformidade com o art. 46 do Código Penal, estabelece as bases de implantação do Programa de Prestação de Serviço à Comunidade, em todas as comarcas, com o objetivo principal de executar esta modalidade de pena alternativa.

O Serviço Social, inserido nesse contexto, tem sua atuação profissional prevista neste mesmo Provimento, estando em consonância com as atribuições privativas do assistente social do Poder Judiciário de Santa Catarina.

A Prestação de Serviço à Comunidade ou a entidades públicas, de acordo com o art. 46 § 1º e 2º do Código Penal brasileiro, consiste na “atribuição de tarefas gratuitas ao condenado à entidades públicas ou privadas de caráter assistencial, como hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais”.

Em todas as comarcas do Estado de Santa Catarina, o Programa de Prestação de Serviço à Comunidade segue a lógica apresentada nas considerações tecidas no Provimento nº. 10/92, e referencia-se na experiência já desenvolvida e bem sucedida, em outros estados brasileiros, notadamente, no Estado do Rio Grande do Sul.

A existência de uma significativa demanda na área criminal no Fórum do Norte da Ilha, referente às infrações penais²⁸ em que se aplicam as penas alternativas, principalmente a Prestação de Serviço à Comunidade, requereu um monitoramento sistemático na operacionalização desta pena/medida, a ser realizado por uma equipe de profissionais. Tendo em vista a necessidade de um trabalho estruturado nessa área, o Serviço Social desenvolveu, em 2004, um Projeto para implantação do Programa de Prestação de Serviço à Comunidade, na referida instituição (DAL-BÓ; GUAREZI; MENDES, 2004).

O público-alvo do Programa são pessoas adultas que cometeram alguma infração tida como contrária à lei e, em resposta ao ato cometido, foi aplicada a Medida de Prestação de Serviço à Comunidade.

²⁷ Ver anexo B.

²⁸ A expressão infração penal é utilizada, segundo a classificação da lei para abranger o crime e contravenção penal (www.carula.hpg.ig.com.br). Neste caso, para aplicabilidade das penas alternativas são aquelas de menor potencial ofensivo.

Tal Programa foi implantado, e vem se efetivando, com o objetivo de “possibilitar um efetivo processo de reeducação e ressocialização do indivíduo submetido a Prestação de Serviço à Comunidade, visando à reflexão dos seus atos e a não reincidência do delito cometido” (DAL-BÓ; GUAREZI; MENDES, 2004, p. 5).

Para atender esse objetivo principal foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

Fazer o levantamento das principais instituições assistenciais existentes na Comarca de Florianópolis, especialmente na região do norte da Ilha, aptas e interessadas na recepção de apenados para o cumprimento de Prestação de Serviço à Comunidade; realizar entrevista com o apenado para conhecer suas aptidões e condições pessoais e encaminhar a Instituição adequada ao seu perfil; acompanhar e orientar o indivíduo submetido à Prestação de Serviço à Comunidade, assim como sua família, se for o caso, levando-os à reflexão de seus atos e potencializando suas aptidões e, fiscalizar o cumprimento da pena, em conformidade com o período estabelecido pela autoridade judiciária (DAL-BÓ; GUAREZI; MENDES, 2004, p. 6).

Conforme já apontado por Pizzol e Silva (2001b) o assistente social, que na sua origem foi chamado para assessorar juízes nas questões que envolviam crianças e adolescentes, vem ao longo de sua trajetória profissional ampliando seu espaço de atuação neste âmbito institucional e, dessa forma conquistando novas frentes de trabalho, onde o planejamento de programas e projetos vem integrar as ações profissionais de maneira significativa.

O planejamento na ação profissional, de acordo com Nogueira e Oliveira (1998), constitui-se como importante instrumento de organização do trabalho do assistente social na perspectiva de articular limites institucionais, demandas, ações dos sujeitos envolvidos e instrumentos de ação.

Nessa direção é que o Serviço Social atua na coordenação do Programa de Prestação de Serviço à Comunidade, pois mesmo sendo um campo recente de atuação do assistente social, tem a possibilidade, por meio dos instrumentos teórico-metodológicos e técnico-operativos, de intervir de maneira crítica diante dos problemas sociais, viabilizando um significativo trabalho nessa área (DAL-BÓ; GUAREZI; MENDES, 2004). E, além disso, facilitar o acesso aos recursos e serviços disponíveis aos usuários, mesmo que limitados em outras instâncias.

O Serviço Social, desde a implantação do Programa, vem estruturando dinamicamente suas formas de intervenção e abordagens junto aos seus usuários e com as instituições conveniadas, sem perder de vista seu objetivo principal. Para tanto, o Setor de

Serviço Social conta com uma equipe composta por duas (2) assistentes sociais e duas (2) estagiárias.

Para atender aos objetivos propostos, o Programa conta com a parceria de instituições da comunidade que, após convênio firmado, passam a receber os usuários do Programa. Estas instituições, em sua maioria, se localizam na região da Grande Florianópolis.

O Programa de Prestação de Serviço à Comunidade, foi implantado à medida que surgiu a necessidade dentro dos dispositivos legais, é pré-determinado, altera-se de acordo com as mudanças das leis e não possui prazo para término. Sendo assim, sua avaliação é realizada pelo Serviço Social, de maneira contínua e permanente no cotidiano, possibilitando sempre perceber e imprimir melhorias.

O Serviço Social, atuando cotidianamente no Programa de Prestação de Serviço à Comunidade, tem investido num trabalho direcionado para uma perspectiva de inclusão social das pessoas submetidas a esta Medida, pautado na noção de cidadania exercida pela garantia e efetivação dos direitos. Nesse contexto, as ações profissionais cotidianas fundamentam-se em bases teórico-metodológicas e ético-políticas, afirmando o compromisso com o atual projeto profissional do Serviço Social.

2.3 Referencial teórico e ético-político do Serviço Social para o Programa

O Serviço Social, em consonância com o seu projeto profissional, constrói e reconstrói sua intervenção cotidiana numa perspectiva de garantia, ampliação e consolidação dos direitos, afirmando, assim, o seu compromisso com a cidadania.

Nesse entendimento é que o Projeto para implantação do Programa de Prestação de Serviço à Comunidade foi pensado e vem sendo implementado pelo Serviço Social no Fórum do Norte da Ilha, tendo como norte de suas ações profissionais, os valores e princípios contidos no Código de Ética, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no referencial teórico e legal da Constituição Federal de 1988.

O Código de Ética do Serviço Social, em especial seus princípios, conforme lembra Iamamoto (2001), iluminam os caminhos a serem trilhados pelos assistentes sociais, no exercício profissional.

[...] Ele não pode ser um documento que se “guarda na gaveta”; é necessário dar-lhe vida por meio dos sujeitos que, internalizando o seu conteúdo, expressam-no por ações que vão tecendo o novo projeto profissional no espaço ocupacional cotidiano (IAMAMOTO, 2001, p. 78, grifo da autora).

Em 1948 a Organização das Nações Unidas – ONU promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde através dela a humanidade passou a adquirir uma cidadania mundial, para reivindicar ao Estado, o respeito aos direitos fundamentais. “O objetivo fundamental da Declaração dos Direitos Humanos é proteger a liberdade e a justiça das pessoas” (CAOVILLA, 2003, p. 71).

De acordo com Bobbio (1992, p. 26) “a Declaração Universal dos Direitos do Homem, apresenta a manifestação da única prova através do qual um sistema de valores pode ser considerado humanamente fundado e, portanto, reconhecido”.

Somente depois da Declaração dos Direitos Universais é que podemos ter a certeza histórica de que a humanidade – toda a humanidade partilha alguns valores comuns e, podemos crer na universalidade dos valores no sentido em que tal crença é historicamente legítima, ou seja, no sentido em que universal significa não algo tido objetivamente, mas algo subjetivamente acolhido pelo universo dos homens (BOBBIO, 1992, p. 28).

Quanto à Constituição Federal de 1988, pode-se afirmar, conforme aponta Caovilla (2003), que esta criou a expectativa para a população brasileira, de uma nova dimensão de cidadania. Assim, entende-se que a Carta Constitucional estabeleceu e ampliou o campo dos direitos e garantias fundamentais de cidadania.

Muitos são os direitos previstos constitucionalmente e legalmente, que, sem dúvida é um importante passo para o reconhecimento e garantia desses direitos; no dia a dia o que se espera e reivindica é a concretização dos mesmos de maneira efetiva na prática. Pois, se assim não forem, são entendidos, segundo Dallari (2000 apud Caovilla, 2003), como falsos direitos, ou seja, aqueles direitos que são previstos e escritos na Constituição e nas leis, porém não assegurados.

A Constituição Federal de 1988, ao alargar a dimensão dos direitos e garantias, inclui em seu texto, além dos direitos civis e políticos, também os direitos sociais. Dentre as demais Constituições brasileiras, é considerada a primeira a enquadrar no título dedicado aos direitos e garantias, os direitos sociais.

Os direitos civis, chamados direitos de primeira geração, teriam surgido no século XVIII, e estão relacionados aos direitos de liberdade. Liberdades físicas, liberdade de manifestação do pensamento e expressão, liberdade de associação, liberdade de consciência

filosófica, política e religiosa, ao direito a propriedade privada e, aos direitos da pessoa acusada (BEDIN, 1994).

Os direitos políticos ou liberdades políticas, denominados também de direitos de segunda geração, surgiram no século XIX. Dizem respeito à participação do exercício e da eleição do poder político, acatando a decisão da maioria com respeito à minoria. Fazem parte dessa categoria de direitos, o direito de sufrágio universal, direito de constituir partidos políticos e direito de plebiscito, de referendo e de iniciativa popular. (BEDIN, 1994).

E, quanto aos direitos sociais, refere-se desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar por completo do usufruto aos bens e aos serviços produzidos socialmente e de viver com dignidade. Conforme Bedin (1994), essa terceira geração dos direitos surgiu no início do século XX, e compreendem-se aqueles direitos a serem garantidos através ou por meio do Estado.

De acordo com capítulo II, art. 6º do texto constitucional são direitos sociais: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à infância, assistência aos desamparados, dentre outros.

O Serviço Social, que cotidianamente no seu exercício profissional atua para a consolidação do seu projeto ético-político, à medida que coloca os direitos sociais como foco do trabalho profissional afirma seu compromisso com a cidadania (IAMAMOTO, 2001).

No âmbito dessa discussão sobre os direitos, faz-se necessário entender que é através da garantia e efetivação dessas categorias de direitos – civis, políticos, sociais e também humanos – que a cidadania se constrói e acontece.

De acordo com Andrade (apud Lima, 2004, p. 47),

os Direitos Humanos, nesse sentido, adentrariam a concepção de cidadania porque unificariam o homem ao cidadão e se constituiriam no núcleo da cidadania a fim de incluir não apenas os direitos construídos a partir da igualdade jurídica, mas também as diferenças. Portanto, as instituições passariam a ser moldadas pela cidadania de modo a conferir-lhe materialidade.

Considerando as colocações expostas até o momento, é possível dizer que, para um efetivo exercício da cidadania, esse conjunto de direitos que comporiam os direitos de cidadania, não podem ser entendidos de maneira desvinculada e, sim entendidos numa relação recíproca e dependente entre um e outro. Pois, conforme aponta Dallari (1998, p. 14) “a

cidadania expressa um conjunto de direitos que dá às pessoas a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo”.

Nessa direção, Silva (2000 apud Caovilla, 2003) resgata a idéia de cidadania numa perspectiva voltada para a participação dos cidadãos na vida em sociedade, reconhecidos como integrantes da mesma.

[...] a cidadania, assim considerada, consiste na consciência de pertinência a sociedade estatal como titular de direitos fundamentais, da dignidade como pessoa humana, da interação participativa no processo do poder com a igual consciência de que essa situação subjetiva envolve, também, deveres de respeito à dignidade do outro e de contribuir para o aperfeiçoamento de todos. Essa cidadania é que requer providências estatais no sentido da satisfação de todos os direitos fundamentais em igualdade de condições (SILVA, 2000 apud CAOVIALLA, 2003, p. 110).

Partindo desse entendimento, considera-se que a cidadania não significa uma simples conquista legal de alguns direitos, e que, estando disposta em um documento irá simplesmente por isso se realizar; ao contrário, a cidadania é uma tarefa a ser exercida cotidianamente pelos indivíduos sociais. Para tanto, é preciso que estes participem ativamente da realização desses direitos de cidadania, para que se cumpra o desejo da maioria, pois, como enfatiza Martinelli (1998), cidadania é pertencimento, é inclusão, é usufruto de direitos e acesso pleno a direitos.

No âmbito do Serviço Social, de acordo com Lima (2004, p. 48-49),

a questão da Cidadania e dos Direitos destacou-se na década de 1990, afirmando no interior da profissão a preocupação com a democracia, com a ampliação do espaço público, com os direitos humanos, etc. A máxima dessa preocupação resultou no Código de Ética Profissional que, através do paradigma crítico/dialético, assumiu como horizonte para as Ações Profissionais a construção da Cidadania para todos e a defesa, a ampliação e a consolidação dos Direitos [...].

Nesse sentido, o Serviço Social como profissão afirma seu compromisso com a cidadania, que “de acordo com a nova acepção ético-política, consiste na universalização dos direitos sociais, políticos e civis, pré-requisitos estes fundamentais para a sua realização” (PAIVA; SALES, 2003, p. 22).

À respeito, Iamamoto (2001, p. 142) sustenta que,

[...] a luta pela ampliação da cidadania, exige a defesa e efetivação dos direitos civis, políticos e sociais de todos os cidadãos. Uma cidadania para

todos, extensiva ao conjunto dos segmentos trabalhadores na sua heterogeneidade. Mas também uma cidadania impulsionadora de novos direitos, que contribua para ampliação da legalidade institucional [...].

A cidadania nesse contexto significa um importante eixo teórico e ético-político que norteia a intervenção do profissional de Serviço Social junto ao Programa de Prestação de Serviço à Comunidade e,

[...] ao reconhecer a liberdade como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, [...] desdobra-se na defesa intransigente dos direitos humanos, o que tem como contrapartida a recusa do arbítrio e de todos os tipos de autoritarismo (IAMAMOTO, 2001, p. 141).

Com base em tais premissas, o Serviço Social trabalha junto ao Programa de Prestação de Serviço à Comunidade, no sentido de assegurar aos seus usuários, a garantia de acessar alguns direitos de cidadania, tais como: o direito à informação sobre seus direitos e deveres, na condição de cidadão vivendo em sociedade; o direito a liberdade de escolha, desde que a realização desta requeira a realização da liberdade de todos e que demande a autonomia e a emancipação; o direito ao acesso à assistência jurídica gratuita e democrática; o direito de acesso ao usufruto dos bens e serviços sociais; direito a convivência familiar e comunitária, dentre outros.

Conforme vimos, o compromisso profissional por parte do assistente social, com relação à garantia e, principalmente, à efetivação dos direitos de cidadania, se fundamenta na proposta de conduta ética e política do projeto profissional do Serviço Social (PAIVA; SALES, 2003).

Nesse sentido, segundo Lima (2004, p. 73), as ações profissionais dos assistentes sociais são entendidas como “expressões de dois projetos profissionais que atualmente estão em luta no âmbito da profissão e, por meio destas que os profissionais engendram o atual projeto profissional ao optarem por alternativas concretas de intervenção”.

Portanto, tendo por base o entendimento de Lima (2004), consideramos que, vinculado ao atual projeto profissional de caráter ético-político, o assistente social, em qualquer que seja o espaço ocupacional, onde esteja inserido, desenvolve suas ações profissionais de modo a efetivar a cidadania e a defesa dos direitos numa perspectiva pautada na integralidade do atendimento dos sujeitos, usuários de seus serviços.

Nesse contexto, Lima (2004) ao discutir a intervenção profissional do Serviço Social, propõe uma reflexão teórica que privilegia as ações profissionais, especialmente sobre as ações sócio-educativas, identificadas como marco de intervenção do Serviço Social.

Sobre a função educativa desempenhada pelo assistente social, Cardoso e Maciel (2000 apud Jesus, 2005, p. 64), mencionam que:

Ainda, que historicamente se verifique no trabalho profissional a tendência das funções dos assistentes sociais atenderem às demandas da classe dominante, o desenvolvimento do Serviço Social trouxe o compromisso com as classes subalternas na perspectiva da construção de uma nova sociabilidade, cujo horizonte é a conquista da emancipação humana.

Analisando as reflexões dos autores acima referidos, Jesus (2005) aponta para os avanços profissionais nos campos político-ideológico e teórico-metodológico, nos últimos vinte anos, com a construção do projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Entretanto, Lima (2004, p. 64), em seu estudo sobre o tema, chama a atenção para as tendências que o caráter pedagógico da intervenção profissional pode estar relacionado, “tanto com as tendências conservadoras da profissão advindas do paradigma do consenso/coerção, como com o compromisso com o desenvolvimento de ações profissionais pautadas no projeto ético-político”.

Assim, as ações sócio-educativas tanto podem assumir um caráter de enquadramento disciplinador destinado a moldar o usuário em sua inserção institucional e na vida sócio-política-cultural, como podem direcionar-se ao fortalecimento dos projetos e lutas da classe trabalhadora. Ou seja, reconstruir as relações sociais retraduzindo os valores ético-políticos, os modos de pensar e agir dessa classe, contribuindo na defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça, da autonomia e da democracia [...] (LIMA, 2004, p. 64).

No entender de Cardoso e Maciel (2000 apud Jesus, 2005, p. 66), a função educativa do assistente social, “ainda está contida no projeto ético-político profissional e nos diferentes espaços da prática profissional, respondendo às demandas já consolidadas e às emergentes no quadro das transformações contemporâneas [...]”.

Considerando tal entendimento, podemos apontar que o assistente social, no desenvolvimento de suas funções educativas, pode contribuir para a formação e o fortalecimento de processos emancipatórios em nossa sociedade, desde que estabeleça relações favorecedoras de um processo de participação dos usuários envolvidos (JESUS, 2005).

À respeito, Abreu (2004, p. 66) em suas considerações sobre o tema, assim se refere:

A dimensão pedagógica do Serviço Social remete a sua função primeira, essencial na sociedade, isto é, diz respeito aos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nesse processo, contribuindo para a formação de subjetividades e padrões de conduta individuais e coletivas [...].

Assim sendo, de acordo com a autora, o Serviço Social enfrenta, na atualidade, novos desafios pedagógicos apresentados à profissão para avançar na direção do projeto profissional na perspectiva emancipatória, onde se destaca “a necessidade da contribuição para o fortalecimento e avanço de processos e lutas [...] avançando na inserção profissional nos processos de luta na perspectiva da emancipação humana” (ABREU, 2004, p. 68).

Pautadas no atual projeto profissional, as ações sócio-educativas possuem objetivos que orientam a sua realização. Segundo Lima (2004), tais objetivos consistem em:

Construir por meio do processo de co-participação entre profissional e usuário e/ou grupo de usuários, alternativas concretas de acesso, de ampliação e de consolidação de Direitos que atendam as demandas dos usuários dos serviços; e estabelecer um processo de reflexão e discussão através da informação e do conhecimento sobre as situações, conteúdos e serviços de interesse, do usuário ou do grupo de usuários para que possam entender problematizar, participar e interferir nas formas de acessar as informações e de usufruir serviços e benefícios (LIMA, 2004, p. 72).

Portanto, tendo como marco de referência o direito e cidadania e as ações sócio-educativas, fundamentadas nos princípios que sustentam o projeto ético-político profissional do Serviço Social, o assistente social busca garantir os direitos constitucionais e legais aos usuários do Programa de Prestação de Serviço à Comunidade, mediante o processo interventivo realizado cotidianamente na operacionalização da Medida. A seguir, apresenta-se a dinâmica cotidiana do Programa onde esta intervenção acontece.

2.4 Dinâmica do Programa

O Programa de Prestação de Serviço à Comunidade concretiza-se, através da abordagem individual, realizada pelo profissional de Serviço Social no atendimento à pessoa submetida à Medida de Prestação de Serviço a Comunidade, por meio da entrevista inicial,

visitas domiciliares, quando necessário, oportunizando um maior contato com a realidade dessas pessoas e de suas famílias, e encaminhamento às instituições conveniadas. No entanto, para que aconteça a efetiva implementação do Programa, a parceria com as instituições da sociedade é fundamental e necessária, tendo em vista o alcance dos objetivos de socialização através da convivência social.

Sendo assim, além da abordagem individual, o assistente social, atuando no Programa, também se utiliza da abordagem institucional, quando estabelece interlocução com as instituições parceiras, que recebem os usuários do Programa. Através destas, o profissional realiza o acompanhamento da evolução dos serviços prestados, realizando a mediação entre a instituição e o prestador de serviço, possibilitando o engajamento reflexivo sobre seus papéis sociais.

Após, a fixação da medida alternativa - Prestação de Serviço à Comunidade -, negociada em audiência com o promotor de justiça ou determinada pelo juiz, a pessoa é encaminhada pelo Juizado Especial Criminal ao Setor de Serviço Social, a fim de que seja viabilizada uma instituição onde prestará o serviço e, conseqüentemente, o cumprimento da Medida. Também na ocasião desta audiência, considerando a gravidade da infração penal cometida, sob a apreciação do Ministério Público, aplica-se a pena de Prestação Pecuniária, uma outra modalidade de pena alternativa conforme dispõe o artigo 43, *inciso I*, do Código Penal.

No momento em que o usuário do Programa chega ao Setor de Serviço Social é recebido por uma assistente social ou estagiária, que, após se identificar, dizendo o nome e a função, apresenta os procedimentos a serem realizados a partir desse momento, quais sejam: a realização da entrevista; o porquê desta estar sendo realizada; o encaminhamento formal a uma instituição adequada ao seu perfil, mediante ofício e documentação necessária ao acompanhamento da Medida; e o acompanhamento realizado pelo Serviço Social. A título de suporte ao prestador e à instituição conveniada, o Setor de Serviço Social acompanha o cumprimento integral da Medida.

Após esse acolhimento, o assistente social procede a realização de uma entrevista individual com o usuário do Programa, com o objetivo de coletar dados sobre condições pessoais referentes à residência, local de trabalho, situação social, econômica e familiar, de escolaridade e profissionais, habilidades e aptidões, dentre outras informações necessárias para realização de seu acompanhamento, adequando-as à instituição. Assim, o profissional de Serviço Social analisa o perfil do usuário do Programa e o perfil institucional, visando atender

as necessidades da Entidade e valorizar as potencialidades do prestador de serviço, obedecendo-se aos direitos garantidos pelo Código Penal.

Para a realização da entrevista, o assistente social utiliza-se de um formulário próprio, que, após realização do encaminhamento, é anexado ao Termo Circunstanciado²⁹ de cada usuário do Programa. Nesse momento da entrevista, após registro dos dados coletados, o profissional faz a socialização das informações de maneira explicativa sobre as etapas que compreendem, desde o encaminhamento à instituição conveniada até o cumprimento da Medida. O primeiro passo a ser dado pelo usuário do Programa, após seu o encaminhamento realizado pelo Serviço Social, é se apresentar na instituição que irá prestar os serviços; o segundo passo é a entrega da documentação necessária para o cumprimento da Medida junto à pessoa responsável pela parceria na instituição e, ao final da prestação do serviço, o usuário faz a devolução da documentação preenchida pela instituição ao Setor de Serviço Social, comprovando assim o cumprimento da Medida.

No âmbito desse caráter informativo, considerando que a informação é uma das condições fundamentais para efetivação dos direitos, o assistente social socializa com os usuários as informações que dizem respeito à penalidade que lhes foi aplicada, entendendo que é direito seu dispor desse acesso.

Depois de realizada a entrevista, e considerados todos os aspectos apresentados anteriormente, necessários ao encaminhamento, o assistente social, mantém contato telefônico com instituições conveniadas, a fim de formalizar o encaminhamento. Nesse momento procura-se estabelecer uma relação próxima entre o Judiciário e a Instituição conveniada, que deve se manter durante todo o período de permanência do usuário na instituição, de maneira que a parceria venha contribuir para o efetivo alcance dos objetivos do Programa e de seus usuários.

Nesse contexto, o Serviço Social procura promover e fortalecer essa relação no exercício de sua prática cotidiana, desde o momento em que é firmado o convênio com as instituições. Este por sua vez é firmado mediante a utilização de instrumentos como, as visitas institucionais, contatos telefônicos e documentação necessária.

Após, o contato telefônico feito com a instituição que irá receber o usuário do Programa, é realizado encaminhamento formal, através de ofício e documentação específica

²⁹ O Termo Circunstanciado, também chamado - TC - "é um instrumento jurídico de responsabilidade da polícia judiciária; é procedimento indispensável à realização da justiça criminal nas infrações de menor potencial ofensivo. Não deve ser confundido com Boletim de Ocorrência, documento que tem como objetivo registrar um fato que pode ser delituoso ou não e que chega ao conhecimento de órgão da polícia, quer direta ou indiretamente" (FERREIRA; BARIANI, 2005, p. 169-170).

para o acompanhamento da prestação dos serviços, a saber: modelo de ofício para comunicação judicial sobre o recebimento do usuário na instituição, ficha de frequência mensal, avaliação mensal e avaliação final da instituição sobre a prestação de serviços realizada. Essa documentação é entregue pelo usuário à pessoa responsável por ele na instituição e lá permanece até o cumprimento da Medida; ao término desta, é levada pelo usuário até o Setor de Serviço Social, que, na seqüência, é entregue ao Juizado Especial Criminal.

Portanto, a partir do momento em que o usuário do Programa é encaminhado à instituição para cumprir a Medida que lhe foi aplicada, o Serviço Social se responsabiliza pelo seu acompanhamento, através de contatos telefônicos, visitas institucionais e domiciliares quando a necessidade exige.

O acompanhamento permite, dentre outras atividades, recolher os relatórios mensais de registros de frequência e monitoramento individualizado sobre a prestação de serviço, detectar as dificuldades encontradas tanto por eles quanto pelas instituições, visualizar os resultados alcançados e ampliar os vínculos entre o Fórum (Serviço Social) e a instituição, orientando e esclarecendo questões que surgem do acompanhamento da Prestação de Serviço à Comunidade. O processo de acompanhamento realizado pelo Serviço Social permite, ainda, momentos de reflexão com os usuários do Programa e seus familiares acerca das situações vivenciadas, que emergem durante o cumprimento da Medida.

Nesse contexto, a atuação do profissional de Serviço Social no Programa resulta no desempenho de outras atribuições como, a emissão de pareceres técnicos, relatórios, recibos de comprovação bancária sobre a pena de Prestação Pecuniária, procedimentos administrativos, como encaminhamento de ofícios e informações ao juiz e promotor sobre a situação do usuário do Programa, viabilização de condições mais favoráveis ao cumprimento da pena, dentre outras solicitações.

Ao término da Prestação de Serviço, o Serviço Social propõe uma avaliação final a ser realizada pelo usuário do Programa sobre a experiência vivida. Nessa avaliação o usuário tem a oportunidade de avaliar, também, o Programa como um todo, a instituição onde cumpriu a Medida e, ainda, sugerir propostas de mudanças que irão contribuir para implementação do Programa.

Esse processo interventivo realizado pelo assistente social, conforme já identificamos, direciona-se às ações profissionais de natureza sócio-educativa. Sendo assim, no item seguinte apresenta-se como estas ações se movimentam no cotidiano do Programa, junto aos usuários deste serviço.

2.4.1 Ações sócio-educativas em movimento

A intervenção profissional no âmbito das ações sócio-educativas, conforme Lima (2004, p. 68), “opera em um movimento de busca por alternativas onde a lógica do atendimento reside no usuário enquanto sujeito, ou seja, a partir de seus problemas para que ele estabeleça de maneira autônoma a sua própria forma de caminhar”.

Nessa perspectiva, o trabalho do assistente social, ao privilegiar o desenvolvimento de ações sócio-educativas no Programa de Prestação de Serviço à comunidade, considera a pessoa que comete algum ato tido como contrário à lei, um sujeito de direitos e de sua própria vida, onde suas decisões e escolhas devem ser respeitadas. No entanto, também parte do entendimento de que o direito à informação e reflexão sobre seus atos são fundamentais, para que possa realizar tais escolhas com liberdade, recuperando seu papel ativo na sociedade, enquanto sujeito social.

Logo, o objetivo do Serviço Social está em, além de estabelecer uma instituição que receba os usuários do Programa, promover um espaço que possibilite a essas pessoas momentos de reflexão sobre seus papéis na sociedade como sujeitos, não somente de deveres, mas também de direitos: direito à informação, orientação e oportunidade de acessar a Medida de uma forma educativa, por meio do movimento reflexivo com a comunidade, através de suas instituições conveniadas com o Programa.

Partindo desse entendimento, concordamos com Lima (2004, p. 68-69) ao dizer que,

[...] a ação sócio-educativa não se esgota no repasse de informação sobre serviços e Direitos. Ela transcende para um processo amplo de reflexão com os envolvidos onde há uma responsabilização do profissional tanto pela informação propriamente dita como pelo desvelamento dos ruídos existentes nela e pelo acompanhamento do processo com um todo, de modo que o usuário se perceba co-participe desse processo [...].

Assim, o Serviço Social vai construindo sua intervenção no cotidiano profissional junto aos usuários do Programa, socializando informações transmitidas na ótica do direito; direito de acesso ao conhecimento, que, somado aos seus próprios conhecimentos enquanto sujeitos sociais, oferecerá, também, a oportunidade de ampliação de seu grau de autonomia.

Nesse contexto, pode ser citado aqui o conhecimento socializado pelo assistente social aos usuários, sobre a Prestação de Serviço à Comunidade, Medida que lhes foi aplicada,

pois é a partir da apropriação desse conhecimento que terão a possibilidade de aceitar ou não esse caminho a seguir, tendo em vista a realidade que se apresenta.

No cotidiano do Programa, o profissional de Serviço Social percebe a necessidade de reforçar esse momento de socialização do conhecimento da Medida, tendo em vista a intensidade com que essa demanda se apresenta, não só de maneira explícita/verbal, mas que se torna perceptível ao profissional no momento da realização da entrevista.

Nessa direção, partilhamos do entendimento de que,

[...] todo profissional que desenvolve uma ação sócio-educativa é visto como um facilitador da aprendizagem, pois deve entender que o usuário é sujeito de seu próprio conhecimento que, ao se conscientizar, se instrumentaliza de maneira a ampliar seu grau de autonomia e que tem por perspectiva um ato contínuo de transformar a si mesmo e a realidade (LIMA, 2004, p. 66).

Assim, atendendo a especificidade própria do Serviço Social em utilizar em sua prática a reflexão com seus usuários, fortalecendo-os num processo de mudança da realidade na qual se inserem na direção da ampliação dos direitos, o assistente social promove um espaço de reflexão com os usuários do Programa de Prestação de Serviço à Comunidade, a respeito de sua realidade de vida individual e social.

No campo dessa ação reflexiva, emergem situações vivenciadas por estes sujeitos, que, na sua quase totalidade, estão relacionadas direta e/ou indiretamente com a infração penal cometida, como por exemplo, o uso de substâncias psicoativas. Tais reflexões são construídas com a participação dos usuários do Programa, de maneira que se sintam integrantes desse processo, tendo em vista que são questões que vêm ao encontro da realidade por eles vivenciada. Neste momento são socializadas dúvidas e angústias, que contribuem para exercitar o aprendizado.

Nesse contexto, o Serviço Social estende esse espaço, também, às famílias, possibilitando a todos o exercício de uma consciência reflexiva que permita aproximação entre profissional, usuários e famílias. A participação das famílias acontece quando estas sentem a necessidade de um suporte do profissional nas discussões construídas acerca de situações vivenciadas, demandando orientações e informações; demonstrando interesse e preocupação com seus membros, especialmente quando se tratam de filhos.

Portanto, pode se dizer que o profissional de Serviço Social desempenha uma função pedagógica no contexto do Programa. Tal função, como ressaltam Veronese; Quandt e Oliveira (2001), não pode e não deve restringir-se à idéia de promover o ensino ou a aprendizagem, pois o seu papel atinge um contexto mais amplo.

[...] Promove, conjuntamente, a *formação* integral do indivíduo (bio-psico-social), considerando, conciliando e valorizando a sua realidade, assim como, as suas características e valores culturais (VERONESE; QUANDT; OLIVEIRA, 2001, p. 88, grifos dos autores).

Nessa direção, a intervenção profissional do assistente social se caracteriza, também, num processo conjunto de ensino-aprendizagem, ou seja, de um aprendizado compartilhado, estabelecido por meio da relação direta entre profissional e usuário, conforme aponta Lima (2004).

[...] apesar de esse encontro envolver situações que não são equivalentes em termos de saberes, pois o usuário é portador de uma dada necessidade e o profissional frente a essa necessidade conta com um arsenal de saberes teórico-metodológicos e técnico-operativos que podem configurar outras expectativas no profissional, que são diferentes das esperadas pelo usuário (LIMA, 2004, p. 69).

Assim sendo, o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social no Programa, assume uma posição direcionada para as necessidades dos usuários. Tais necessidades estão relacionadas diretamente com a busca do acesso aos direitos, através da informação e do conhecimento acerca dos serviços prestados no âmbito institucional do Judiciário e em outras instâncias da sociedade, de maneira educativa enquanto cumpridores de medida alternativa.

Dessa forma, ao pensarmos no potencial promotor de mudanças que envolvem os programas de execução e acompanhamento de penas alternativas, obviamente não atribuímos a esta instância, isoladamente, o poder de restituir aos usuários dessas modalidades de programas, aquilo que lhes tem sido histórica e socialmente expropriado. Porém, entendemos que são espaços que possibilitam, através das ações empreendidas, trilharem novos caminhos na busca pela modificação de sua realidade de vida atual.

Diante do exposto, as ações sócio-educativas desenvolvidas pelo Serviço Social movimentam-se cotidianamente no Programa de Prestação de Serviço à Comunidade, orientando a intervenção do assistente social de maneira a possibilitar a construção de caminhos que apontem para a promoção dos usuários do Programa, que se encontram cumprindo esta modalidade de pena alternativa.

Tendo como base a experiência desenvolvida no Programa de Prestação de Serviço à Comunidade, na condição de estagiária de Serviço Social, e bibliografia pertinente ao assunto, pretende-se realizar, no item seguinte, uma breve análise referente à Medida de Prestação de Serviço à Comunidade, bem como sobre a inserção do Serviço Social na sua operacionalização.

2.4.2 Análise e reflexões sobre a Medida de Prestação de Serviço à Comunidade e a inserção do Serviço Social na sua operacionalização

Dentre as modalidades de penas alternativas, a Prestação de Serviço à Comunidade destaca-se e ganha espaço para muitas defesas, por ser uma modalidade de pena que oportuniza ao “infrator” fazê-lo fora da prisão, mantendo a sua jornada de trabalho com o apoio da família e da comunidade. Nessa direção, oportuniza o convívio com as instituições da sociedade, sem afastá-lo do meio em que vive, possibilitando, ainda, considerar o indivíduo pela valorização de suas potencialidades, aptidões e habilidades de maneira educativa.

A Prestação de Serviço à Comunidade, de acordo com Greggianin et al (2000 apud Stumpf, 2002), cumpre uma importante função social ao mesmo tempo em que abre a possibilidade de uma mudança de paradigma. Pois, a pessoa em conflito com lei,

ao invés de se submeter à exclusão social vivida dentro dos presídios, através da pena alternativa passa à inclusão social, vivendo de forma solidária nas instituições conveniadas, pois permite que os envolvidos sejam reconhecidos por todos como cidadãos de direitos e deveres, comprometidos com a transformação da sociedade (GREGGIANIN et al (2000 apud STUMPF, 2002, p. 146).

Considerando esse entendimento, concordamos com Krainski (2001), quando afirma que a sociedade não pode ficar à margem desse processo de operacionalização das penas e medidas alternativas, pois ela se torna parte integrante desse processo tendo em vista sua parcela de contribuição para a eficácia e efetividade da pena.

Nessa perspectiva é que se considera a Prestação de Serviço à Comunidade uma alternativa que oportuniza o desenvolvimento e ampliação das trocas sociais entre indivíduo e comunidade, de forma que, nesse processo, a pessoa em conflito com a lei se torne sujeito consciente de seus direitos e deveres, reafirmados a partir da convivência com todas as pessoas que fazem parte da instituição receptora.

Segundo Stumpf (2002), o ser humano ao relacionar-se com outros seres humanos cria-se a si mesmo, numa relação determinada historicamente, e este ato de criar é impulsionado pela característica de todo ser humano de buscar mudanças.

A possibilidade de mudança na conduta humana, conforme destaca Silva (2003), está atrelada dialeticamente à idéia do quão difícil pode ser proceder sua ocorrência. Porém, de

acordo com a autora, dependendo do lugar de inscrição histórico-social do grupo de pertencimento dos sujeitos implicados, atribui-se maior ou menor possibilidade de que a mudança ocorra.

Considerando as colocações expostas até o momento, somadas à experiência com a implementação do Programa, percebemos que é no espaço das entidades públicas ou privadas, onde o usuário está inserido para dar cumprimento a Prestação de Serviço à Comunidade, que se encontra o verdadeiro sentido da função educativa desta modalidade de pena alternativa, onde o usuário encontrará possibilidades de proceder mudanças em sua realidade.

Conforme destaca Colmán (2005), o caráter preventivo e educativo dessa modalidade de pena alternativa e o envolvimento comunitário necessário para sua viabilização, transformam os Programas de Prestação de Serviço à Comunidade, em um espaço privilegiado de atuação do Serviço Social, que contribui de maneira a possibilitar um espaço em que todos processem um movimento reflexivo sobre seus papéis.

Nesse entendimento,

o engajamento reflexivo do prestador de serviço e instituição, gera um efeito multiplicador que alcança seus familiares, vizinhança e o próprio Serviço Social, ao manterem uma atitude aberta de aprendizado compartilhado (STUMPF, 1998 apud STUMPF, 2002, p. 149, grifo da autora).

A convivência entre usuários do Programa e as instituições conveniadas, durante o período de cumprimento da Medida, tem proporcionado o aprendizado compartilhado, o qual se refere a autora acima citada, de maneira significativa à medida em que se torna presente nas avaliações, relatadas e descritas, realizadas por estes sujeitos sociais.

Dessa forma, atuando no Programa de Prestação de Serviço à Comunidade, o Serviço Social defende o cumprimento das penas e medidas sócio-educativas para a pessoa em conflito com a lei e a coletividade. Entendendo que a implementação de penas/medidas alternativas, em especial a Prestação de Serviço à Comunidade, possa atingir os objetivos que o sistema prisional não está sendo capaz de atender, trazendo a possibilidade de construirmos este sistema de maneira mais justa e efetiva (STUMPF, 2002).

O trabalho do Serviço Social, conforme aponta Moura (apud Pizzol, 2001, p. 173),

[...] é preponderante para o êxito do cumprimento da pena de prestação de serviço à comunidade, pois o assistente social caracteriza-se como um mediador entre o Poder Judiciário – reeducando – comunidade; atuando de forma a chamá-los à reflexão e conscientização de seus papéis sociais.

Nesse sentido, o profissional de Serviço Social, durante o exercício de sua prática, desempenha a mediação entre esses sujeitos acima referidos pela autora, utilizando um conjunto de elementos para compreender a realidade e intervir de modo a proporcionar o alcance dos objetivos do Programa, considerando as necessidades dos usuários e das instituições.

O Serviço Social, conforme Fuzziwara (2001, p. 3), “é uma profissão interventiva, pois, além de conhecer a realidade na sua complexidade, atua diretamente nesse contexto, e que para tanto cria e recria a sua instrumentalidade no cotidiano profissional [...]”.

Assim, o assistente social, intervindo no Programa de Prestação de Serviço à Comunidade desenvolveu, como lembra Stumpf (2002), um conjunto de instrumentos que lhe permite atender às necessidades dos usuários desses serviços, ao mesmo tempo em que interage com a rede institucional.

O debate da instrumentalidade do Serviço Social coloca a questão da centralidade da pessoa enquanto preocupação e direcionamento das ações profissionais, mas também a centralidade do uso de habilidades do assistente social em reconhecer-se como instrumento capaz de criar condições favoráveis à reflexão e ampliação da consciência (STUMPF, 2002, p. 151).

A instrumentalidade, assim referida, nesta concepção da mediação, articula as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, concretizando e dando forma as ações profissionais. Estas dimensões dizem respeito, respectivamente: ao conhecimento que propicie à clareza da realidade e a identificação das demandas e possibilidades de ação profissional; à capacitação técnico-operativa que possibilite a definição de estratégias na perspectiva da consolidação teórico-prática; e à realização dos compromissos éticos e políticos estabelecidos pelo Código de Ética Profissional.

O Serviço Social, no uso dessa instrumentalidade, desenvolve ações de planejamento e gestão da informação no Programa de Prestação de Serviço à Comunidade, de maneira que venha contribuir para a implementação do mesmo, bem como organizar e dar visibilidade ao trabalho realizado pelo profissional.

Nesse contexto, o mapeamento de instituições da sociedade, interessadas em estabelecer parceria com o Programa e a constante atualização desses dados, são exemplos dessa importante ação de planejamento, desenvolvida pelo assistente social e, ainda, tornam-se suporte para a intervenção na operacionalização da Medida de Prestação de Serviço à Comunidade.

Atualmente, o Programa conta com a pareceria de cinquenta e três (53) instituições. Fazem parte da Comarca da Capital, cinquenta (50) destas instituições, sendo que quarenta (40) encontram-se na Ilha de Florianópolis e seis (6) localizam-se na parte continental da cidade. As três instituições restantes fazem parte da Comarca de São José.

Portanto, reafirma-se que o Serviço Social desenvolve um importante trabalho na implementação de programas de operacionalização de penas alternativas, especialmente, junto à Medidas que possibilitam ao profissional desenvolver ações de caráter sócio-educativo, tendo em vista o compromisso firmado coletivamente com o projeto ético-político da profissão, voltado para a garantia da qualidade dos serviços prestados na perspectiva de efetivação dos direitos.

Cabe salientar, que para se alcançar o êxito dessas modalidades de programas, sob a ótica do usuário, é necessário ampliar a discussão sobre esse processo sócio-educativo, permitindo aos demais profissionais do Direito, que atuam, direta e indiretamente, na operacionalização da Medida de Prestação de Serviço à Comunidade, a possibilidade de assumir, firmemente, o entendimento e o compromisso de compartilhar dessa função educativa, que tem orientado as ações profissionais do Serviço Social.

Assim, para que o Programa se firme como um espaço de experiências educativas para os usuários, faz-se necessário desenvolver ajustes no que diz respeito a sua implementação. Nesse contexto, fundamental seria, reforçar o apoio de orientação às instituições conveniadas, através da realização de fóruns de discussão, semestrais ou anuais, com os representantes das mesmas. O objetivo é desenvolver um trabalho contínuo e, através deste, potencializar as instituições conveniadas, proporcionando aos seus responsáveis, subsídios necessários para o acompanhamento e desenvolvimento da prestação de serviço comunitário. Tais subsídios envolvem, o esclarecimento sobre os procedimentos a serem adotados pela instituição, o entendimento sobre os direitos e deveres do prestador de serviço, e, especialmente, a apropriação do caráter educativo e reflexivo do Programa.

Tendo em vista que, a maioria das infrações penais esteja ligada ao uso de substâncias psicoativas, uma preocupação dos profissionais de Serviço Social, no momento, é oportunizar aos sujeitos do Programa, sejam eles usuários e/ou dependentes de drogas, um atendimento diferenciado, ou seja, a possibilidade de tratamento e acompanhamento adequado junto à instituições que ofereçam estes serviços.

Essa demanda chega ao Fórum como infração penal, porém, temos conhecimento de que, a questão do uso de drogas trata-se de um problema de saúde pública, com o qual a sociedade vem convivendo atualmente. Assim sendo, diz respeito a toda a sociedade e, por

essa razão, exige, principalmente, uma intervenção mais atenta e responsável por parte do Estado, através de seus órgãos competentes.

No cotidiano da intervenção profissional, realizada no Programa, o assistente social se depara com essa questão que, por sua vez, requer a ampliação do atendimento, tendo em vista, que deixa de ser um problema individual e passa ser entendido pelo conjunto dos usuários. Nesse contexto, o Serviço Social, por meio do planejamento, pode estar trabalhando na perspectiva da intersetorialidade, visualizando caminhos que permitem a articulação entre as instâncias, que encontram-se na esfera do macro e micro, neste caso, entre o Estado, através da Prefeitura do Município e o Poder Judiciário, representado pelo Fórum.

Ainda, relacionado a esta questão, seria oportuno, também, através do estabelecimento de parcerias com unidades de ensino, realizar ciclos de palestras sobre temas geradores de reflexão, envolvendo discussões sobre drogas, violência, cidadania, direitos, dentre outros, que sejam de interesse dos usuários do Programa. Esta possibilidade estaria reforçando o momento reflexivo, realizado pelo profissional de Serviço Social durante o tempo de cumprimento da Medida, trabalhando, também, na perspectiva da prevenção e, através do devido registro de presença nos encontros, os usuários do Programa poderiam estar somando às atividades de prestação de serviço.

Tais ações, aqui pensadas, são propostas que não devem ser entendidas como ações que estão submetidas à lógica do Poder Judiciário enquanto instância que tem por função aplicar a Lei e, por assim agir, fazendo com que esta se cumpra. Nessa direção, a profissão estaria respondendo a essas demandas de maneira contrária aos princípios do seu projeto profissional, atuando como agente controlador da questão social.

No entanto, são propostas de ações que vão ao encontro do trabalho que o Serviço Social vem desenvolvendo, que prioriza o caráter educativo, conforme já discutido. Sugestivamente, podem ser pensadas e analisadas, juntamente com outras não abordadas no momento, pela equipe de Serviço Social que atua no Setor, no sentido de ampliar suas perspectivas de intervenção.

É importante lembrar que, concomitantemente ao reconhecimento das ações desenvolvidas pelo assistente social, a profissão presencia uma problemática, pois, ao mesmo tempo em que se passa a exigir deste profissional, não se nota a contratação de outros profissionais que venham somar a equipe do Serviço Social.

Nessa direção, para conceber tais ajustes, é de fundamental importância, a incorporação de profissionais na equipe de Serviço Social, tendo em vista a sobrecarga de

trabalho a que estão submetidos os assistentes sociais que se encontram atuando no Setor, onde a realidade cotidiana do serviço apresenta uma intensa gama de atividades.

Contudo, vale ressaltar que, diante de dificuldades encontradas durante o exercício profissional cotidiano, o Serviço Social busca transpor os obstáculos existentes, na tentativa de tornar possível o trabalho, e procura desenvolvê-lo de forma educativa e com qualidade, com vistas à inclusão social, através do acesso efetivo aos direitos de seus usuários.

Enfim, o Serviço Social vislumbra muitas possibilidades para ampliação do seu exercício profissional cotidiano, na operacionalização da Medida de Prestação de Serviço à Comunidade, sempre pautado no direito e na cidadania como fundamento de suas ações, afirmando o seu compromisso com os valores éticos e políticos do seu projeto profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste trabalho, somada a experiência vivida no Setor de Serviço Social do Fórum do Norte da Ilha, possibilitou a apreensão do espaço do Judiciário como campo de atuação do Serviço Social, especialmente, quanto aos limites e possibilidades que se apresentam no cotidiano do exercício profissional.

Verificamos que esse espaço sócio-ocupacional sofre influência das particularidades conjunturais de cada momento histórico, e não se configura como realidade recente de atuação do Serviço Social que, por sua vez, desde o início de sua inserção como profissão tem se ampliado, superando posturas e práticas que marcaram esse começo da trajetória profissional, momento histórico/conjuntural em que se buscava o ajustamento e adaptação do indivíduo às normas da sociedade.

Assim, o Serviço Social, no âmbito do Judiciário, como em outras áreas de atuação profissional, se empenhou em romper com essa forma “tradicional” e fatalista de intervenção, passando a compreender o sujeito inserido no contexto social mais amplo. Essa busca tem como marco histórico para a profissão, o movimento de reconceituação do Serviço Social, momento em que, a necessidade de construir uma proposta de ação profissional, requeria a discussão e revisão crítica da profissão.

A partir de então, trilharam-se caminhos para novas discussões, pois se exigia o redimensionamento do pensar e agir profissional dos assistentes sociais às necessidades dos usuários, por meio do compromisso com a garantia e efetivação dos direitos de cidadania, com vistas à transformação social.

Com essa nova perspectiva, a categoria profissional partilha do entendimento de que o assistente social exerce papel fundamental e decisivo na garantia da preservação da vida da população usuária de seus serviços e, a partir disso, considera a necessidade e a importância de marcar e legitimar espaços profissionais. Na organização judiciária, o Serviço Social vive hoje essa realidade, como pudemos verificar no decorrer do trabalho, tem-se notado a ampliação desse espaço profissional, em consequência da expansão do campo de trabalho, à medida que novas demandas vão surgindo, exigindo um profissional qualificado, habilidoso, criativo, ou seja, competente ao assumir e responder tais demandas.

Nesse contexto, podemos afirmar que as demandas que são colocadas ao Serviço Social, são manifestações de expressões da questão social, seu objeto de trabalho, que, por sua vez, tem sido delimitado em virtude das conjunturas e transformações societárias.

As expressões da questão social, também chegam ao âmbito do Judiciário, uma vez que se trata de um espaço onde se objetiva dirimir conflitos, sejam pessoais, familiares ou sociais; onde passam a ser discutidas questões que até então pertenciam à esfera do privado.

Assim, a política das penas alternativas surgiu no Judiciário, quando a pena privativa de liberdade, que há muito tempo, adotada como forma de responder e dominar determinadas expressões da questão social, não vem alcançando êxito para tanto.

Para o Serviço Social, inserido no espaço do Judiciário, como pudemos ver as penas alternativas, assim, como a área de execução penal, de maneira geral é uma situação recente de atuação profissional. Porém, vem demonstrado, através das experiências de implementação dessas modalidades de penas, que a profissão encontrou um importante campo de intervenção e, a partir deste, a possibilidade de empreender estratégias de ação que vão ao encontro dos interesses e necessidades dos usuários desses serviços.

O trabalho nos permitiu compreender que o assistente social, na condição de profissional operacionalizador da Medida de Prestação de Serviço à Comunidade, assume essa posição que acabamos de destacar. Nessa direção, tal postura profissional ganha corpo nas bases que fundamentam e direcionam as ações profissionais, que se trata de um conjunto de elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. A apropriação adequada desses instrumentos possibilita aos assistentes sociais, no âmbito de sua atuação, criar condições favoráveis, que permitam aos usuários, a compreensão e o envolvimento nas decisões acerca de questões que lhes interessam.

No campo dessas ações, identificamos que as ações sócio-educativas compõem esse referencial que norteia o exercício profissional do assistente social, sendo que, a opção por esse caminho resulta da intenção em concretizar os objetivos colocados pela categoria profissional, bem como os sociais de seus usuários. No entanto, a discussão dessas ações na esfera da dimensão operativa, apresenta-se, ainda hoje, de maneira um tanto incipiente, o que dificultou, porém, não impossibilitou a apropriação das mesmas, quando expressas no cotidiano, enquanto objetivos da intervenção profissional.

Os resultados deste trabalho evidenciam a importância da intervenção realizada pelo profissional de Serviço Social, por meio das ações sócio-educativas, no contexto da operacionalização de modalidades de penas alternativas, especialmente, à Medida de Prestação de Serviço à Comunidade, nosso foco de investigação. Evidenciam, ainda, a necessidade de continuidade ao desenvolvimento desse exercício profissional, identificando e priorizando as necessidades dos usuários, sempre com a finalidade de possibilitar aos mesmos o acesso aos direitos na conquista da cidadania com condições de autonomia.

Por fim, acreditamos que este trabalho se constitui em uma pequena contribuição à discussão sobre o assunto, assim evidencia-se, também, a necessidade de se proceder discussões a respeito, tendo em vista a dinamicidade do exercício profissional cotidiano e a importância para a profissão, que no decorrer do tempo vai assumindo novas demandas, e para responder à estas precisa visualizar, além de limites nos espaços sócio-ocupacionais e profissionais, principalmente, possibilidades de intervenção.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina M. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases históricas e conceituais na sociedade brasileira. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 79. São Paulo: Cortez, p. 43-71, 2004.

ALVARENGA, Elizabeth. et al. Acompanhamento psicossocial de Penas e Medidas Alternativas: a experiência da CEPAES. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2004. Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2004, p. 1-7. CD-ROM.

AMARAL, Beatriz H. R. Penas restritivas de direitos: a prestação de serviço à comunidade, destinação social e aspectos constitucionais. **Revista dos Tribunais**. Rio de Janeiro, vol. 686, p. 280-283, 1992.

ÁVILA, Eliedite M. Mediação Familiar. In: Assessoria Psicossocial (Org.). **O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina: construindo indicativos**. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001, p. 136-164.

BARROCO, Maria L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BATOCHIO, José R. Formas alternativas de pena criminal. **Revista dos Tribunais**, Rio de Janeiro, v. 733, p. 446-451, 1996.

BEDIN, Gilmar A. **Os direitos do homem e o neoliberalismo**. 1994. 189f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.

BITENCOURT, Cezar R. Limitação de fim de semana: uma alternativa inviável no Brasil. **Revista dos Tribunais**, Rio de Janeiro, v. 693, p. 297-308, 1993.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORGES, Jacqueline T; NASCIMENTO, Maria A. E. do. Serviço Social e o cotidiano profissional junto as Varas de Família em São Gonçalo. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001. Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro, 2001. p. 1-5. CD-ROM.

BRASIL, **Código Penal**. 40ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAOVILLA, Maria A. L. **Acesso à justiça e cidadania**. Chapecó: Argos, 2003.

CHUAIRI, Sílvia Helena. Assistência jurídica e serviço social: reflexos interdisciplinares. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 67. São Paulo: Cortez, p. 124-144, 2001.

COLMÁN, Sílvia A. **A contribuição do Serviço Social para a aplicação das penas alternativas**. Disponível em <http://www.ssrevista.uesl.br/c_v4n1penas.htm>. Acesso em: 15 de dez. 2005.

DAL-BÓ, A. M. M; GUAREZI, C; MENDES, C. **Proposta de implantação do Programa de Prestação de Prestação de Serviço à Comunidade no Fórum do Norte da Ilha**. Florianópolis: [s.n], 2004.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

FÁVERO, Eunice T. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária. In: CEFESS (Org.). **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 9-51.

_____. Serviço social, práticas judiciárias, poder: a trajetória do serviço social no juizado de menores de São Paulo 1948 a 1958. **Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Criança e o Adolescente – NCA**, São Paulo, n. 2, 1995.

FERREIRA, Haroldo; BARIANI, Jaqueline M. de O. A Justiça Criminal Consensual e as atividades de Polícia Judiciária. In: FERREIRA, Haroldo (Coord.). **Arquivos da Polícia Civil**: revista tecno-científica. São Paulo, vol. 48, n. 1, p. 161-185, 2005.

FUZIWARA, Áurea S. Ensaio-Reflexão: Aos olhos da Justiça – Serviço Social Judiciário na Comarca de Osasco: Interdisciplinaridade, Direitos e Inclusão Social. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2001, p. 1-5. CD-ROM.

GRINOVER, Alda P. **O processo civil contemporâneo**. In: MARIONI, Luiz. G. (Org.). Curitiba: Juará, 1994.

GRUNSPUN, Haim. **Mediação familiar**: o mediador e a separação de casais com filhos. São Paulo: LTr, 2000.

IAMAMOTO, Marilda V. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sócio-jurídica. In: SALES, Mione A; MATOS, Maurício C; LEAL, Maria C (Org.). **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 261-268.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. O trabalho do assistente social frente as mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: Capacitação em serviço social e política social, módulo 1. **Crise contemporânea, questão social e serviço social**. Brasília: CEAD, p. 112-126, 1999.

JESUS, Cristiane da Silva de. **O Serviço Social e as ações sócio-educativas: um estudo sobre as publicações dos assistentes sociais**. 2005. 164f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

KRAINSKI, Luiza B. A prática do Serviço Social na área Jurídico-Social: uma reflexão sobre a experiência no Programa Pró-Egresso. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2001. p. 1-5. 1 CD-ROM.

KUEHNE, Maurício. **Por que defender as penas alternativas?** Disponível em <www.mj.gov.br/depen/penasalternativas/default.htm - 40k ->. Acesso em: 15 de dez. 2005.

LIMA, Telma C. S. **A intervenção profissional do serviço social no contexto da cidadania e dos direitos: pensando as ações sócio-educativas**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

MACHADO, Joana. M. M. **O processo de trabalho do assistente social no Poder Judiciário**. Campo Grande: UCB, 2004.

MARIONI, Luiz Guilherme. Novas linhas do processo civil: acesso à justiça e os institutos fundamentais do direito processual. **Revista dos Tribunais**. São Paulo, 1993.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 57. São Paulo: Cortez, p. 133-148, 1998.

MIOTO, Regina C.T. Perícia social: proposta de um percurso operativo. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 67. São Paulo: Cortez, p. 145-158, 2001.

NOGUEIRA, Vera. M. R; OLIVEIRA. Heloísa. M. J. Formação profissional: um projeto de atualização. In: CRESS 12ª região (Org.). **Caderno de texto**. Florianópolis, n. 4, 1998.

PAIVA, Beatriz A. de; SALES, Mione A. A nova ética profissional: praxis e princípios. In: CRESS 12ª Região (Org.). 10 anos do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº. 8662 de 07/06/1993. **Coletânea de textos**. Florianópolis, p. 14-36, 2003.

PIZZOL, Alcebir D. **A prática do Estudo Social e da Perícia Social no Judiciário Catarinense junto aos Procedimentos da Infância e da Juventude**. Florianópolis: Gráfica do TJSC, 2003.

_____. Nos demais processos. In: Assessoria Psicossocial (Org.). **O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina: construindo indicativos**. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001, p. 165-175.

PIZZOL, Alcebir D; SILVA, Simone R. M. Área de atuação: Infância e Juventude. In: Assessoria Psicossocial (Org.). **O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina: construindo indicativos**. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001a, p. 55-100.

_____. O Serviço Social e sua Prática. In: Assessoria Psicossocial (Org.). **O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina: construindo indicativos**. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001b, p. 19-24.

QUEIROZ, Rita de C. R. da S. As Atribuições do Assistente Social e sua normatização no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAL, 2004. Fortaleza. **Anais....** Fortaleza, 2004, p. 1-7. CD-ROM.

RODRIGUES, Horácio Vanderlei. **Acesso a justiça no direito processual brasileiro**. São Paulo: Acadêmica, 1994.

SANTA CATARINA (Estado). Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Projeto casa da cidadania: juizados da cidadania em todos os municípios**. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2000.

_____. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Manual do Novo Servidor**: Diretoria de Recursos Humanos. Florianópolis: [s.n], 2002.

SILVA, Simone R.M. Plantão de atendimento as demandas sócio-jurídicas. In: Assessoria Psicossocial (Org.). **O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina**: construindo indicativos. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001, p. 24-32.

SILVA, A.P. S **(Des) continuidade no envolvimento com o crime**: construção de identidade narrativa de ex-infratores. São Paulo: IBCCRIM, 2003.

SILVEIRA, Jucimeri I. Apresentação. In: CRESS 11ª Região (Org.). Legislações: Direitos de Cidadania. **Coletânea de legislações**. Curitiba, p. 4-5, 2003.

SIQUEIRA, Jailson R. O trabalho e a assistência social na reintegração do preso à sociedade. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 67. São Paulo: Cortez, p. 53-74, 2001.

STUMPF, Maria I. O. Penas alternativas: rotina de procedimentos como explicitação do processo de trabalho em serviço social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 72. São Paulo: Cortez, p.145-159, 2002.

SÜSSEKIND, Elizabeth. Aspetos da política prisional no Brasil. **Revista CEJ** - Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, Brasília, n. 15, 2001.

TORRES, Andréia A. Direitos humanos e sistema penitenciário brasileiro: desafio ético e político do Serviço Social. **Revista Serviços Social & Sociedade**, n. 67. São Paulo: Cortez, p. 76-92, 2001.

TRIBUNAL de Justiça do Estado de Goiás: **Cartilha dos juizados especiais criminais**. Disponível em: < [http:// www.tj.go.gov.br/juizado/paginajuizado.htm](http://www.tj.go.gov.br/juizado/paginajuizado.htm)>. Acesso em: 19 de maio. 2006.

TRIBUNAL de Justiça de Santa Catarina. **Missão e visão do Poder Judiciário de Santa Catarina**. Disponível em: <[www.tj.sc.gov.br/institucional/assessorias/asplan/planejamento 1.htm](http://www.tj.sc.gov.br/institucional/assessorias/asplan/planejamento1.htm)>. Acesso em: 05 de dez. 2005.

UCHÔA, Roberta. O papel do Serviço Social na Justiça Terapêutica. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001. Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro, 2001, p. 1-6. CD-ROM.

VERONESE, J. R. P; QUANDT, G. de O; OLIVEIRA, L. de C. P. O ato infracional e a aplicação das medidas sócio-educativas: algumas considerações pedagógicas. In: VERONESE; J. R. P; SOUZA, M. P; MIOTO, R. C. T. (Org.) **Infância e Adolescência: O conflito com a Lei: algumas discussões**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001, p.34-90.

ZANETTI, Isabel. Serviço Social Judiciário: Perícia Social e os rumos da profissão. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2001. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2001, p. 1-4. CD-ROM.

ANEXOS

ANEXO A

ATRIBUIÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA
CATARINA

**Principais atribuições do cargo de assistente social da Justiça de Primeiro Grau do
Poder Judiciário de Santa Catarina**

- 1) Desenvolver trabalho técnico de perícia social em processos mediante determinação judicial.
- 2) Atender a demanda social nas questões sócio-jurídicas, através de trabalhos de orientação, mediação, prevenção e encaminhamento.
- 3) Contribuir para o entrosamento do Judiciário com Instituições que desenvolvem programas na área social.
- 4) Cumprir, acompanhar e fiscalizar medidas sócio-educativas, quando na Comarca inexistirem programas específicos, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- 5) Gerenciar e operacionalizar os programas de colocação familiar de crianças e adolescentes (habilitação de pretendentes, adoção, guarda e tutela).
- 6) Orientar e acompanhar família a quem tenha sido entregue judicialmente criança e/ou adolescente.
- 7) Gerenciar e executar programas de prestação de serviço à comunidade e participar do Conselho de Comunidade (previsto na lei de Execuções Penais), onde houver assistente social específico na área criminal.
- 8) Gerenciar o Setor de Serviço Social, elaborando e executando programas com a atualização do instrumental adequado ao contexto sócio-jurídico.
- 9) Atender determinações judiciais relativas à prática do Serviço Social, sempre em conformidade com a Lei 8.662 de 7/6/93, que regulamenta a profissão, e a Resolução nº. 273/93, de 13/3/93, do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (Código de Ética).

ANEXO B

PROVIMENTO Nº. 10/92 DA CORREGEDORIA DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA
CATARINA

PROVIMENTO Nº 10/92

Estabelece as bases do PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE para a execução desta pena restritiva de direito, em cumprimento do art. 46 do Código Penal.

O desembargador NAPOLEÃO XAVIER DO AMARANTE, Corregedor Geral da Justiça do Estado, no uso das suas atribuições e,

Considerando que a Prestação de Serviço à Comunidade, na condição de pena restritiva de direito, muito embora exista em nosso sistema jurídico desde 11/07/84, com o advento da Lei nº7.210, que introduziu alteração do Código Penal, ainda não foi implementada pelos juízos criminais no Estado;

Considerando que a penalidade em questão é uma conquista jurídica importantíssima, pois possibilita um efetivo processo de reeducação e ressocialização do apenado, quebrando a idéia generalizada de impunidade para as infrações tidas como de menor gravidade;

Considerando que a Prestação de Serviço à Comunidade oportuniza a integração do indivíduo com a comunidade em que vive, comprometendo-o a reflexão sobre o delito e suas conseqüências individuais e coletivas, propiciando ao prestador do serviço atuação em liberdade, tendo convívio social e familiar;

Considerando que a Prestação de Serviço à Comunidade é pena autônoma e substitui a privativa de liberdade, podendo ainda ser aplicada no primeiro ano do prazo de suspensão condicional da pena e que a inobservância do respectivo preceito tem levado os magistrados a aplicar equivocadamente o sursis especial, tornando letra morta a penalidade em questão;

Considerando a experiência já desenvolvida no Estado do Rio Grande do Sul, onde o projeto tem obtido resultados extraordinários;

RESOLVE:

1. Estabelecer as bases do *Programa de Prestação de Serviço à Comunidade*, em todas as Comarcas do Estado, para a implementação num prazo máximo de noventa (90) dias.
2. A Prestação de Serviço à Comunidade consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas junto a entidades assistenciais, hospitais escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais (art. 46 do Código Penal).

3. As tarefas são atribuídas conforme as aptidões do condenado, devendo ser cumpridas, durante oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho (art. 46 parágrafo Único), nos horários estabelecidos pelo juiz (art. 149, III, da Lei de Execução Penal).

4. A Prestação de Serviço à Comunidade é forma de pena restritiva de direito (art. 43, I) aplicadas a hipóteses definidas nos arts. 44 e 78, 1, do Código Penal tendo caráter autônomo e substitutivo das penas privativas de liberdade.

5. Para a execução da pena restritiva de direito em questão, em consonância com o preceito do art. 149 da Lei de Execução Penal, há de se pressupor o conhecimento das aptidões e condições pessoais do apenado, o conhecimento das instituições onde os serviços poderão ser prestados e controle eficaz do cumprimento da pena.

6. Para a implantação do Programa de Prestação de Serviço à Comunidade, portanto, é necessário que o juiz da execução da pena estabeleça:

- a) um levantamento das instituições existentes na comarca, de caráter assistencial, particular ou pública, e sem fins lucrativos, aptas para a recepção dos apenados;
- b) o conhecimento das condições pessoais do condenado, quanto à natureza do serviço que poderá prestar;
- c) a instalação de um serviço de apoio para o recolhimento de informações e acompanhamentos de resultados.

7. O levantamento das instituições com possibilidade de serem conveniadas poderá ser realizado por Assistente Social do juízo, onde houver, ou por Assistente Social da Prefeitura Municipal ou da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

7.1 O Assistente Social promovera a colheita de informações sobre a natureza das atividades da instituição, o número eventual de vagas disponível, a habilitação exigida para o trabalho a ser realizado pelo prestador, condições físicas e de pessoal para acompanhar o cumprimento da pena, restrições quanto ao tipo de delito, horários para a prestação do serviço, conforme formulário em anexo.

7.2 Os dados obtidos pelo Assistente Social, nos termos do item anterior, deverão compor um fichário, que instrumentará a escolha do local onde o prestador de serviço deverá cumprir a pena.

8. Feito o levantamento que trata o item 7., e procedida a escolha da instituição beneficiária, deverá se firmado um convênio entre o juízo da execução e o estabelecimento de prestação de serviço, com regulação do modo de cumprimento da pena, definição do número de vagas e do sistema de controle, conforme modelo em anexo.

9. Caberá ao juiz da execução, na conformidade do art. 149 da Lei de Execução Penal, a designação da entidade ou programa comunitário ou estatal, devidamente credenciado ou conveniado que dará cumprimento à pena.

9.1 O Serviço de Assistência Social deverá previamente entrevistar o apenado, para conhecer as suas aptidões e condições pessoais, para que o juiz tenha elementos para a sua decisão e para que o prestador possa ser encaminhado para a instituição mais adequada.

9.2 O Serviço de Assistência Social deverá, também, fiscalizar o cumprimento da pena, acompanhando a execução e visitando periodicamente a instituição conveniada, emitindo relatórios regulares.

9.3 Nas comarcas onde não houver assistente social judiciário, o programa deverá ser implantado com a colaboração da LBA e/ou da Prefeitura Municipal.

9.4 A entidade beneficiada com a prestação de serviços encaminhará mensalmente, ao juiz da execução, relatório circunstanciado das atividades do condenado, bem como, a qualquer tempo, comunicação sobre ausência ou falta disciplinar (art. 150, LEP).

10. A execução da pena de Prestação de Serviço à Comunidade é atividade inserida na competência da Vara das Execuções Criminais da Comarca da Capital, cabendo-lhe assumir o programa, através de pessoal próprio e de outros setores administrativos do foro, além de outros Órgãos da administração pública.

10.1 Nas comarcas do interior a coordenação e execução do programa incumbirá aos juízes criminais.

10.2 Nas comarcas providas de duas Varas, com competência genérica para o cível e para o crime, a coordenação do programa incumbirá ao juiz da 1ª Vara.

10.3 Nas comarcas providas de mais de uma Vara Criminal, a coordenação incumbirá ao juiz da 2ª Vara Criminal (art.103, § 2º, do Código Judiciário).

10.4 De qualquer modo, para que o programa tenha êxito, é indispensável a cooperação de todos os magistrados da jurisdição criminal de todas as comarcas, que deverão definir os rumos do projeto, fazendo avaliações sistemáticas de resultado.

PUBLIQUE-SE REGISTRE-SE CUMPRA-SE.

Florianópolis, 28 de agosto de 1992.

Des. NAPOLEÃO XAVIER DO AMARANTE

Corregedor Geral da Justiça.

ANEXO C

LISTA DE INSTITUIÇÕES CONVENIADAS COM O PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO À COMUNIDADE



**Estado de Santa Catarina
Poder Judiciário
Comarca da Capital
Foro do Norte da Ilha
Juizado Especial Criminal
Setor de Serviço Social**

PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE

INSTITUIÇÕES CONVENIADAS

FLORIANÓPOLIS - ILHA

Bairro: Agronômica

Centro Integrado de Cultura

Gerente: Sra. Bia Mattar

Av. Governador Irineu Bornhausen, 5600 – Agronômica

☎ 3212-2336 / 3212-2307 / 3212-2330 – 3953-2307

Escola Desdobrada Osvaldo Galupo

Diretora: Sra. Sheila Raquel Vetturazzi Casagrande

Rua Antônio Carlos Pereira, 1110 – Agronômica

☎ 3333-0400

Escola de Educação Básica Padre Anchieta

Diretor: Sr. Mário Benedeti Filho

Rua: Rui Barbosa, 525 – Agronômica

☎ 3228-5485 / 3228-0005 / 9997-1609

Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico

Diretora: Sra. Eleonora Desidério da Luz

Rua: Delminda Silveira, s/n – Agronômica

CEP 88.025-500

☎ 3333-1535

Lar Recanto do Carinho - GAPA

Diretora: Sra. Márcia Longe Rila

Assistente Social: Patrícia

Rua Rui Barbosa, 810 – Agronômica

☎ 3228-0213 / 32280024

Bairro: Barra da Lagoa

Centro de Saúde Barra da Lagoa

Coordenadora: Sra. Noélia Fernandes de Oliveira

Rua Altamiro Barcelos Dutra, (ao lado 1217) – Barra da Lagoa
☎ 3232-3302

Bairro: Cachoeira do Bom Jesus

Sociedade Espírita Recuperação, Trabalho e Educação - SERTE

Psicóloga: Sra. Elaine Cristina da Silva
Rua Leonel Pereira, 604 – Cachoeira do Bom Jesus
☎ 3284-5490 – 3284-5249 / 3284-8681 / 91191767

Bairro: Campeche

Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna - SEOVE

Diretora: Regina Abreu
Av. Pequeno Príncipe, 721 – Campeche
Campeche
☎ 3237-4123

Bairro: Canasvieiras

Intendência Distrital de Canasvieiras - P.M.F

Diretor: Sr. Lídio Leopoldo Pinheiro
Av. das Nações, 195 – Canasvieiras
☎ 3266-1514

Bairro: Canto da Lagoa

Associação de Moradores do Canto da Lagoa - AMOCANTO

Presidente: Sidnei Olímpio da Silveira
☎ 99120209
Rua Laurindo Januário da Silveira, 533 – Canto da Lagoa
Coordenador das atividades: Maurílio Valmiro da Silveira
☎ 3232-1676 / 91133693

Bairro: Centro

Associação Irmão Joaquim

Coordenadora: Sra. Regina da Silva
Av. Mauro Ramos, 901 – Centro
☎ 3224-3099

Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

Coordenadora: Sra. Rosalba Elisabeth de Paula
Rua Tenente Silveira, 343 – Centro
☎ 3028-8062 / 3028-8063

Casa da Liberdade

Coordenadora: Sra. Carmem Lúcia Rosa
 Av. Gustavo Richard – Centro
 ☎ 3224-1256 / 3224-7655

Centro de Atendimento à Vítima de Crime - CEVIC

☎ 3224 6462

Fundação Açoriana para o Controle da AIDS - FAÇA

Presidente: Sra. Rochele da Silva
 Rua: General Bittencourt, 302 – Centro
 ☎ 3223-6075 / 3224-0134

Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis- FLORAM

Presidente: Sr. Francisco Rizatick
 Rua Conselheiro Mafra, 656 – Ed. Aldo Becker – 8ª andar – Centro (final da rua)
 ☎ 3234-6049

Irmandade Senhor Jesus dos Passos e Hospital de Caridade

Sra. Rita Pruche
 Rua Menino de Deus, 376 – Centro
 ☎ 3221-7500 / 3221-7586

Instituto Estadual de Educação

Diretora: Sra. Rosani Maria Pellense da Silva
 Av. Mauro Ramos, 275 – Centro
 ☎ 3251-1800 / 32511803

Irmandade do Divino Espírito Santo

Provedor: Sr. Washington Luiz do Valle Pereira
 Av. Hercílio Luz, 1249-A – Centro
 ☎ 3224-5008

Museu Histórico de Santa Catarina

Coordenadora: Sra. Suzana Bianchino Simon
 Praça XV de Novembro, 227 – Centro
 CEP 88.010-400
 ☎ 3028-8090

PROCON/SC

Gerente: Azize Dibo Neto
 Rua Vitor Meirelles, 53 – Centro ☎ 3224-4676 / 2107-2911 (Renata)

Bairro: Córrego Grande**Escola Básica Municipal João Alfredo Rohr**

Diretora: Sra. Raquel Cabral Iserhard – Córrego Grande

Rua: João Pio Duarte Silva, 1123
 ☎ 3233-1689 / 32343516

Bairro: Costeira do Pirajubaé

Escola Desdobrada Adotiva Liberato Valentin

Diretora: Sra. Solange Maria de Farias
 Av. Jorge Lacerda – Costeira do Pirajubaé
 ☎ 3226-1654 / 32480591 (casa)

Bairro: Ingleses

Centro de Saúde Ingleses

Coordenador: Dr. José Carlos Prado Júnior
 Travessa dos Imigrantes, s/n – Ingleses do Rio Vermelho
 ☎ 3269-2100 / 8803-3876 (supervisão: enfermeiro Valmir Henrique)

Escola Básica Municipal Gentil Mathias da Silva

Diretora: Professora Jussara Lamin Henrique
 Rua: Dom João Becker, 995 – Ingleses
 ☎ 99519164

Paróquia Sagrado Coração de Jesus

Pároco: Pe. Vânio da Silva
 Rod. Vereador Onildo Lemos, 41 – Ingleses
 ☎ 3269-1909

Bairro: Itacorubi

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Presidente: Sra. Ana Lúcia de Andrade
 Assistente Social: Rafaela
 Rodovia Admar Gonzaga, 2937 – Itacorubi
 ☎ 3334-5333 / 99812829 (Assistente Social Nívea)

Bairro: Lagoa da Conceição

Centro de Saúde Lagoa da Conceição

Coordenadora: Sra. Ana Maria Berreta (enfermeira)
 Rua João Pacheco da Costa – Servidão Ruth Bastos, 255 – Lagoa da Conceição
 ☎ 3232-0639 / 99075372

Núcleo de Educação Infantil Orisvaldina Silva

Diretora: Sra. Silvoné dos Santos Rateke
 Servidão Ruth Bastos de Oliveira, 75 – Lagoa da Conceição

☎ 3232-8381 / 9963-6635

Sociedade Amigos da Lagoa

Presidente: Sra. Almir Tadeu Peres

Rua Henrique Veras do Nascimento, 350 – Lagoa da Conceição

☎ 3232-1876 (Sueli)

Bairro: Monte Verde

Associação Pró Comunidade Caminho da Cruz

Presidente: Hildo Luiz de Souza

Rua Caminho da Cruz – Monte Verde

☎ 3238-1499

Centro Espiritual da Estrela Guia

Coordenador: Hildo Luiz de Souza

Servidão Caminho da Cruz, 602 – Monte Verde

☎ 3233-1045 / 32381499

Conselho Comunitário do Monte Verde

Presidente: Sr. Rodrigo Alexandre Ferreira

Rua Guaramirim, 170 – Monte Verde

☎ 3238-2915 / 9919-9610 - Rodrigo (gerente) conhecido por Pedrinho

Bairro: Rio Vermelho

Associação dos Moradores do Recanto do Parque

Presidente: Sr. Jair José Pereira

Rodovia João Gualberto Soares, 3550 – casa 106 – Rio Vermelho

☎ 3269-9227

Centro de Saúde Rio Vermelho

Diretora: Ivanise Claudino dos Santos

Rodovia João Gualberto Soares, s/n – Rio Vermelho

☎ 3269-7100 / 3269-9857 (fax)

Lar Recanto da Esperança

Rio Vermelho

Acácio

☎ 84112551

Bairro: Saco Grande II

Associação Catarinense para Integração do Cego - ACIC

Assistente Social: Sra. Beatriz de Oliveira Odilon

Rodovia Virgílio Várzea, 1300 – Saco Grande II

☎ 3238-0169

Conselho dos Moradores do Saco Grande II

Presidente: Sr. Hudson Queiroz

Vice presidente: Rosangela Amorim dos Santos (Nina)

☎ 32380120 / 9112-3647

Coordenadora: Tatiana Amorim

☎ 3238-0566/91530492

Rodovia: Virgílio Várzea – Saco Grande II

☎ 32389412

Bairro: Santa Mônica

Fundação Catarinense de Cultura

Presidente/Diretora: Sr. Edson Buch Machado

Rua: Eduardo Gonçalves D' Ávila, 303 – Santa Mônica

☎ 3213-2000

Bairro: Santo Antônio de Lisboa

Núcleo de Educação Infantil Raul Francisco Lisboa

Diretora> Sra. Carla Cristini Britto

Rua: XV de Novembro, 228 – Santo Antônio de Lisboa

☎ 3235-2636 / 3235-1646 / 99178985

Bairro: Trindade

Ação Social da Trindade – Casa São José

Presidente: Frei Itamar José Angonese

Praça Santos Dumont, 94 – Trindade

☎ 3234-3800 (D. Ernesta ou Aline – Das 8h às 17h)

Escola de Educação Básica Hilda Theodoro Vieira

Diretora: Viviane Maria Poeta Vieira

Av.: Lauro Linhares, 560 – Trindade

☎ 3333-0747 / 3333-0020 (fax)

Escola de Educação Básica Simão José Hess

Diretora: Sra. Iracema Lúcia Dal Castel de Oliveira

Av. Madre Benvenuta, 463 – Trindade

☎ 3234-2323

Bairro: Vargem Bom Jesus

Núcleo de Educação Infantil Ponta do Morro

Diretora: Sra. Denise Sueli de Oliveira
 Rodovia SC 403, KM 03 – Vargem do Bom Jesus
 ☎ 3233-8798

FLORIANÓPOLIS - CONTINENTE**Bairro: Coqueiros****Casa Lar**

Diretora: Sr. Cidemar José Dutra
 Endereço: Rua Bayer Filho, 81 – Coqueiros
 ☎ 3244-3327 / 30280765 / 32443450 (Teca – Maria Theresa)

Bairro: Estreito**Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social – AEBAS**

Diretora: Sra. Sandra Raquel Van Der Laan
 Rua Pedro Cunha, 1031 – Estreito
 ☎ 32441835

Escola de Educação Básica Aderbal Ramos da Silva

Diretor/Presidente: Manuel Martins de Medeiros
 Rua Cel. Pedro Demoro, 1998 – Estreito
 ☎ 3348-6089

Hospital Florianópolis

Diretor/Presidente: Sr. Ari Rocha / Marli
 Rua Santa Rita de Cássia – Estreito
 ☎ 3271-1502

Legião da Boa Vontade

Presidente: Sr. Sérgio Antenor Morelo
 Rua Eurico Gaspar Dutra, 226 – Estreito
 ☎ 3244-8500 (Paloma)

Sociedade Alfa Gente

Diretor/Presidente: Sr. Tito Lívio de Bem Menezes
 Rua: Santos Saraiva – Edifício Continental Center – Sala 114 – Estreito
 ☎ 3248-2745

SÃO JOSÉ**Associação Moradores do Jardim Amodelar – AMORJA**

Diretora: Sra. Maria de Cássia Leiras
 Rua Manuel Loureiro, 1620 – São José

☎ 3346-3588

Orionópolis Catarinense

Diretor/Presidente: Pe. Pedro Paulo Alves de Souza

Rua Frederico Afonso, 5568 – São José

☎ 3343-0087

Sociedade Espírita de Assistência e Programa Social Tereza de Jesus - Lar de Zulma

Diretor/Presidente: Sra. Cecília Maria Coelho Noronha

Rua Irineu Bornhausen, 119 – Campinas – São José

☎ 3241-0981 (Doroti)

POSSIBILIDADES DE CONVÊNIO

Centro Comunitário da Barra da Lagoa

Presidente: Valter Juvenal Machado

Rua José Cantalício Gonçalves, 135 – Barra da Lagoa

☎ 3232-3046 / 9111-3980 (Rosemari)

Centro de Saúde de Cachoeira do Bom Jesus (aguardando assinatura do convênio)

Coordenadora: Dra. Ieda Hübner Campos

Rua Leonel Pereira, s/n – Cachoeira Bom Jesus

☎ 3284-6045 / 3284-8077

Centro de Saúde da Vargem Grande (aguardando assinatura do convênio)

Coordenador: Manoel Pereira Filho

Servidão União da Vitória, 110 – Vargem Grande

☎ 3269-5034 (Leila)

Complexo Cidade da Criança (aguardando assinatura do convênio)

Coordenadora: Michelle Nunes de Oliveira

Rua Rui Barbosa, 677 – Agrônômica

☎ 3216-5241

Escola Básica Municipal Albertina Madalena Dias (aguardando assinatura do convênio)

Diretora: Roselene Massaud Eger

Vargem Grande

☎ 3269-5835

Núcleo de Educação Infantil - Colônia Z-11

Diretora: Rosemari Gonçalves Martins (Mari)

Rua Desembargador Ivo Guilhon Vieira de Melo, s/n – Condomínio da Barra (ao lado da intendência)

☎ 3232-3046 / 9111-3980

Núcleo de Educação Infantil dos Ingleses (aguardando assinatura do convênio)

Coordenadora: Eliete Maria Querino

Rua Dom João Becker, 1116 – Ingleses

☎ 3369-1126

Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe

Pe. Irmundo Rafael Stein

☎ 33691388 (Lucimari)